

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL: O PROCESSO DE DIFUSÃO E
FINANCEIRIZAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA E AS EXPORTAÇÕES DE
JOGADORES BRASILEIROS

Jonathan Ferreira

Prof(a).Dr(a). Samuel Frederico

Rio Claro (SP)

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

JONATHAN FERREIRA

MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL: O PROCESSO DE
DIFUSÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA E
AS EXPORTAÇÕES DE JOGADORES BRASILEIROS

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Rio Claro - SP

2018

JONATHAN FERREIRA

MERCANTILIZAÇÃO DO FUTEBOL: O PROCESSO DE DIFUSÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA PRÁTICA ESPORTIVA E AS EXPORTAÇÕES DE JOGADORES BRASILEIROS

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Samuel Frederico

Marcelo Alves Teodoro

Rodrigo Cavalcanti

Rio Claro, 29 de outubro de 2018.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Samuel Frederico', is written over the line for the supervisor's signature.

Resumo

No atual período de financeirização da economia, o futebol se estabelece como um dos principais investimentos das instituições financeiras que, a partir do ajuste espacial, procuram dar vazão ao capital sobreacumulado. Dessa forma, a partir da globalização, o futebol consolida-se como produto da sociedade e modifica a realidade financeira do setor. Entretanto, em uma economia globalizada e desigual, há relações adversas entre países produtores e consumidores. Nesse contexto, o pressuposto desse trabalho é analisar a exportação de jogadores brasileiros decorrente ao processo de financeirização do futebol, sobretudo a partir da criação da Lei Pelé.

A hipótese é que a partir de adoção de medidas neoliberais, o Brasil passou a sofrer as consequências da financeirização no âmbito do futebol, portando a lógica administrativa financeira como principal norteadora das decisões do mercado futebolístico nacional. Dessa maneira, será realizado um levantamento de dados sobre as exportações de jogadores, especialmente a partir da década de 1990, para analisar se realmente houve aumento nas exportações de jogadores brasileiros a datar deste período – mais especificamente entre os anos de 2012 a 2017. Também será propósito dessa pesquisa a investigação das implicações do processo de difusão e financeirização da modalidade, como: a inserção do futebol no território brasileiro, a profissionalização e a compra de clubes por grupos financeiros.

Palavras-chave: financeirização; futebol; exportações de jogadores;

Abstract

In the current period of financialization of the economy, football establishes itself as one of the main investments of financial institutions that, from the spatial adjustment, seek to give vent to overaccumulated capital. In this way, from globalization, football is consolidated as a product of society and modifies the financial reality of the sector. However, in a globalized and unequal economy there are adverse relationships between producing and consuming countries. In this context, the assumption of this work is to analyze the export of Brazilian players due to the process of financialization of football, especially since the creation of Pelé Law.

The hypothesis is that from the adoption of neoliberal measures, Brazil began to suffer the consequences of financialization in the sphere of football, bearing the financial administrative logic as the main guide of the decisions of the national football market. In this way, a survey will be carried out on the exports of players, especially from the 1990s, to analyze whether there was actually an increase in the exports of Brazilian players dating from this period - specifically between the years of 2012 to 2017. Also it will be a purpose of this research to investigate the implications of the process of diffusion and financialization of the modality, such as: the insertion of football in the Brazilian territory, professionalization, and the purchase of clubs by financial groups

Keywords: Financialization, football, exportation of players

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. O SURGIMENTO DO FUTEBOL	9
2.1. DIFUSÃO DO FUTEBOL	15
2.2. INSERÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL	18
2.3. PROFISSIONALIZAÇÃO	22
3. FUTEBOL GLOBALIZADO E FINANCEIRIZADO	26
3.1. CAMINHOS PARA A FINANCEIRIZAÇÃO	29
3.2. CRISE FUTEBOLÍSTICA BRASILEIRA COMO PONTAPÉ INICIAL PARA EMPRESARIZAÇÃO	33
4. LEI PELÉ E A INCIPIENTE EMPRESARIZAÇÃO	36
4.1. LEI PELÉ E JOGADORES	39
4.2. TRANSFERÊNCIAS DE JOGADORES	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Na atual fase de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) com a livre circulação da mercadoria, arrefecimento das condições do trabalho assalariado, aumento da competição e a financeirização da economia, o futebol vem ganhando novas configurações na economia mundial. Com a necessidade de aumentar sua receita e tornarem-se competitivos, os clubes de futebol passam a adquirir diferentes estratégias de mercado, tais como a abertura de capitais, parcerias com grandes empresas e a transformação dos jogos em espetáculos.

Em toda história do futebol verificam-se dois momentos em que o capital financeiro é investido na prática esportiva. Em primeiro lugar, a inserção deste capital ocorre no fim do século XIX, na Inglaterra, a partir do processo de profissionalização do futebol (FRANCO JR., 2007). Trata-se de um período em que os clubes, com o intuito de aumentar suas receitas e tornarem-se competitivos, abrem o capital para o investimento de grandes empresas. O segundo momento ocorreu a partir da década de 1980, com o ressurgimento do capital portador de juros (CHESNAIS, 2005) no qual o esporte é visto como uma alternativa de investimento às crises de sobreacumulação do capital (ARRIGHI, 2008; HARVEY, 2004).

O surgimento do futebol, ocorreu na Inglaterra, através de um movimento de apropriação das culturas populares que foram severamente silenciadas conforme o Estado tomava para si o monopólio da violência (WISNIK, 2008). A partir de sua popularização e evolução do império britânico o futebol passou a ser mais um produto da exímia indústria britânica (MASCARENHAS, 2014) e começou a ser difundido em diferentes regiões do planeta.

Sobre este primeiro momento, em que o futebol tem sua expansão e começa a ser difundido à diversos territórios. Buscamos, através de leituras das obras de Mascarenhas (2014) que trata exatamente sobre a difusão do futebol e suas implicações, fazer um regaste histórico do futebol, desde seu surgimento a partir da segunda metade do século XIX, na Inglaterra, até sua difusão para outros territórios e concomitante profissionalização da modalidade.

O Brasil apresenta uma particularidade no que se compete a inserção do esporte no território brasileiro. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo específico fazer a relação entre as dinâmicas territoriais do período e a forma na qual o futebol foi inserido no país.

No Brasil, a partir da década de 1990, com a chegada de um governo neoliberal ao poder (TAVARES; FIORI, 1998), o mercado brasileiro de futebol sofre algumas alterações. A principal mudança foi decorrente da criação da Lei Pelé (Lei 9.615 de 24 de março de 1998)

que tem como objetivo geral a profissionalização do futebol - estimulando que clubes se tornem em empresas e concedendo aos jogadores autonomia sobre o seu passe.

Anteriormente à promulgação da Lei Pelé, havia a Lei Zico – que entrou em vigor em 06 de julho de 1993 – na qual tornou-se facultativa a decisão da transformação dos clubes (sem fins lucrativos) em uma empresa (com fins lucrativos). O intuito dessa lei era desassociar a atividade esportiva futebolística de outros esportes realizados dentro do clube, a fim de desenvolver uma independência financeira e administrativa, tal qual fomentar a responsabilidade fiscal entre os dirigentes. A Lei Pelé, em 1998, vem para consolidar – entre outros pontos – essa questão dos clubes-empresa no Brasil, considerando-se que a mesma torna possível a transformação dos clubes de futebol em gestões administrativas. Sendo assim, fica evidente o caráter mercadológico e profissional por trás da formulação destas leis – assim como interesses dos próprios idealizadores das mesmas - haja vista que o primeiro clube-empresa do país é de Arthur Antunes Coimbra, o próprio Zico, que fundou o Rio de Janeiro Futebol Clube Ltda., em setembro de 1996 (MARQUES; et. al., 2009).

Dessa maneira, a fim de evidenciar o surgimento de clubes-empresa do Brasil, esta pesquisa conta com seu segundo objetivo específico: desvendar o contexto no qual os clubes empresas surgiram e como o ajuste espacial está presente na lógica dessa nova mentalidade empresarial dos clubes brasileiros. Este objetivo foi realizado a partir da busca sobre exemplos de clubes-empresas no Brasil. A análise e contextualização do período de financeirização, foi feito a partir de leituras do livro *O novo imperialismo* do David Harvey (2008) e da obra de Arrighi (2004), para entender o conceito de ajuste espacial e as crises de sobreacumulação de capital.

Em relação às transferências de jogadores, há quatro tipos de negociações, sendo elas i) contratações em definitivo sem valores envolvidos; ii) empréstimos sem valores envolvidos; iii) contratações em definitivo com valores envolvidos; e iv) empréstimos com valores envolvidos.

A partir dos dados fornecidos pelos relatórios da FIFA TMS (setor responsável pela autenticação e normatização das transferências), foi realizado um levantamento das exportações e importações de jogadores brasileiros. Contudo, os dados apresentados nos relatórios apresentavam contradições de um ano para outro. Dessa forma, buscamos a partir de comparações entre um documento e outro elencar os dados mais atuais para a realização da pesquisa. Essa disparidade apresentada nos relatórios é devida, sobretudo a inserção de novos membros associados à FIFA que acabam fornecendo dados após a realização dos relatórios.

O recorte da análise dos dados ficou exclusivamente para os relatados nestes documentos, haja vista que os dados fornecidos pela CBF não abrangem o período aqui proposto e também apresentam diferenças. Devido às mudanças de metodologia de um relatório para outro, alguns dados não foram demonstrados, como o gasto com transferências do Brasil em 2015 e como estamos pautando a análise a partir destes documentos, não foi evidenciado para não haver conflito na análise temporal.

Os dados analisados são a de transferências de jogadores saindo e entrando no Brasil, a exportação de jogadores ao redor do mundo e o gasto dos times brasileiros, com um diagnóstico temporal entre 2012 e 2017. Dessa forma o objetivo geral dessa pesquisa foi verificar como o Brasil tem um papel de destaque na formação e exportação de jogadores, sobretudo após a promulgação da Lei Pelé em 1998. E como o Brasil se insere no mercado futebolístico, sobretudo após o processo de financeirização.

2. O SURGIMENTO DO FUTEBOL

O futebol tal como conhecemos hoje é resultado de uma série de acontecimentos históricos que possibilitou sua ascensão e consequente consolidação como o esporte mais popular do mundo. Seu surgimento, ocorrido a partir do início da segunda metade do século XIX na Inglaterra, e consequente expansão, traz elementos importantíssimos para a compreensão das mudanças de suas nuances.

Ao propor discorrer sobre a história do futebol, não poderia fazê-la sem mencionar às práticas populares que antecedem sua normatização. Nos séculos XI e XII, antes mesmo do esporte ser praticado pelas escolas da aristocracia britânica, já haviam registros de festas populares na França, nas quais continham a prática de disputar um objeto de "concretude telúrica, feita de couro, preenchido com grãos, farelo, palha, forragem, capim, ou ainda bexiga cheia de ar" (WISNIK, 2008) em um campo sem qualquer limite definido, regras e nenhuma distinção entre torcida e jogadores. Essa prática, dotada de características primitivas, tratava-se, no entanto, do *soulé* - uma espécie de "vale-tudo da pelota". (WISNIK, 2008). Na Inglaterra, neste período, o esporte também era praticado como uma atividade popular realizada pelos habitantes das cidades locais, que tinham por hábito chutar uma bola de couro que simbolizava a cabeça de um invasor do exército dinamarquês (PRONI, 1998).

Contudo, ao longo do tempo, essas práticas foram proibidas devido ao seu caráter violento, sendo considerada uma atividade propulsora da desordem entre quem as praticava.

Em 1681, a coroa inglesa autoriza esse jogo simbólico de maneira mais atenuada, porém ainda bárbara para com os moldes atuais. O declínio do *soulé* e das práticas festivas que cultuavam o jogo de bola, advém de um embate com a moral reformista e contra-reformista, assim como a futura norma burguesa e também o processo em que o Estado toma para si o monopólio da violência (WISNIKI, 2008). Dessa forma, essas práticas populares que ensaiavam o futebol, a partir de um aspecto primitivo e violento, são proibidas no início do século XIX.

Entretanto, vale destacar que outras civilizações (indígenas e pré-colombianas) ao terem contato com o futebol, antes de o mesmo se popularizar e ser apropriado pelos alunos das escolas inglesas, o praticavam de forma diferente da qual habitou-se a praticar no mundo moderno. A essas disputas era inserido o sentido ritualístico do jogo, desprovido de qualquer intenção de promover um ganhador e um perdedor. O sentido estabelecido nessas partidas era a do equilíbrio, completamente diferente da lógica competitiva ocidental.¹

A característica do jogo-rito é quebrada com a chegada do mundo moderno e, segundo Proni (1998), entre os anos de 1810 a 1840, os antigos jogos populares passam a ser apropriados pelos alunos internos das *public schools* e transformados em práticas competitivas mais organizadas, suprimindo então as antigas características – mesmo sendo considerado pelos professores da época como atividade truculenta. Sobre a difusão do futebol nas escolas, Proni (1998) destaca que:

Segundo consta, a transformação do “jogo das multidões” em esporte escolar e a sua difusão ocorreram de maneira espontânea, pela iniciativa dos alunos de escolas secundárias, apesar das restrições à sua prática. Enquanto nas escolas mais conservadoras (como Eton) eram priorizados os esportes individuais aristocráticos e o críquete, nas escolas mais liberais (como Rugby) os novos esportes tinham maior receptividade. (PRONI, 1998, p. 148)

Essa apropriação de uma prática popular pelos alunos da elite inglesa remodela o esporte e faz com que o mesmo seja o instrumento para a construção de um novo caráter da elite britânica. É de suma importância destacar que, a partir da segunda metade do século XIX, o futebol se estabelece com o intuito de promover, a partir de uma visão darwinista, a vitalidade dos futuros governantes do país².

¹ Em “O Pensamento Selvagem”, Claude Lévi-Strauss dá o exemplo dos índios da Nova Guiné que jogavam quantas partidas fossem necessárias para que os dois lados tivessem equilíbrio entre partidas perdidas e ganhas. Segundo o mesmo autor, este é o sentido estabelecido quando se trata de um jogo-rito.

² Bill Murray (2000) destaca o artigo publicado em abril de 1864 pelo jornal *The Field*, no qual é relatado o futebol exatamente como instrumento para a construção do caráter e liderança. Segundo o mesmo autor, este artigo é um “manifesto de classe, pelo qual os líderes autodesignados da nação, os homens da velha guarda, fixavam as regras e a disciplina pelas quais controlariam o Império entre aos seus cuidados” (MURRAY, 2000, p. 24)

A partir deste momento, surgem competições entre os clubes fundados pelas escolas da elite britânica e no ano de 1830, graças aos ex-alunos dos internatos ingleses, estabelecem-se as primeiras regras escritas para o futebol, nas quais define-se a concepção básica do esporte tal qual conhecemos hoje. Em seguida, no ano de 1846, é a vez do *rúgbi* estabelecer seu conjunto de regras. Sendo assim, com cada instituição contendo suas próprias normas, criam-se dificuldades para estabelecer competições entre as escolas. Deste modo, em 1848, os representantes das escolas se unem para articular um código de regras comum com o objetivo de viabilizar a competição entre elas.

Em 1863 institui-se a Football Association cujo objetivo é criar regras e normatizar o futebol e em 1871 o mesmo sofre uma cisão definitiva com os adeptos do *rúgbi*, quando estes estabelecem sua própria federação³. A FA (Football Association) tornou-se a principal responsável pela divulgação do esporte jogado pelos pés, criando em 1871 a Copa da Inglaterra e concomitantemente reunindo 18 clubes em seu primeiro momento. Esse período de normatização e regularização do futebol faz parte, segundo o historiador Hilário Franco Júnior “de um processo que desde o século XVIII visava domar e dominar o corpo, submetendo-o ao poder socialmente instalado”. (FRANCO JR., 2007, p. 28)

Dessa forma, entende-se o futebol, a partir do momento no qual foi criado, na idade moderna, como um esporte que refletia o momento histórico do período. Franco Júnior (2007) traça um excelente paralelo entre a prática esportiva em seu momento inicial com o período de revolução industrial que refletia a Inglaterra de então:

(...) os dois fenômenos baseiam-se em competição, produtividade, secularização, igualdade de chances, supremacia do mais hábil, especialização de funções, quantificação de resultados, fixação de regras (...) Também podemos pensar no estabelecimento das regras futebolísticas como manifestação particular na Inglaterra do então intenso desenvolvimento das instituições, que nada mais são do que regras do jogo social (...) (FRANCO Jr., 2007, p. 25)

Com a criação de um conjunto de regras para a prática futebolística, o esporte ganhou novos adeptos. É nesta época, sobretudo, que se dá o início da popularização do futebol às classes populares e operárias, não se restringindo apenas aos clubes formados pelas instituições de ensino britânica. Emerge então a criação de novos clubes filiados às mais diversas associações que atingem dessa forma os setores da classe média e o operariado.

³ O *rúgbi* e o futebol tiveram passos semelhantes em sua criação, criado e praticado por um mesmo grupo social, os dois eram exercidos de acordo com o mesmo conjunto de regras. Segundo Hilário Franco Júnior “desde 1863, aqueles que preferiam um jogo menos violento e no qual não se pode carregar a bola com as mãos, estabeleceram regras próprias para a modalidade e criaram uma associação (...)” (FRANCO JR., 2007)

Esse período de expansão e popularização do futebol, decorre em razão da evolução dos transportes que possibilitaram a facilidade para que este esporte se propagasse pelo território inglês. Segundo Hilário Franco Jr. (2007, p. 32) “o surgimento ou fortalecimento de clubes de futebol seguiu muito de perto o traçado das ferrovias”.

Ainda na década de 1870, despontam clubes oriundos de empresas siderúrgicas (West Ham), ferroviárias (Manchester United) e armamentistas (Arsenal). (FRANCO Jr., 2007). O surgimento desses clubes também faz parte do processo em que os industriais do norte e centro da Inglaterra, permitem que a classe operária atue nos jogos de suas equipes. O interesse dos donos da indústria com o futebol pode ser entendido pelo historiador inglês E.P. Thompson que relata algumas preocupações⁴ que os industriais tinham em relação ao tempo livre do operário. Revela-se, portanto, a figura do “profissional” e do “amador”⁵ e, dessa forma, reserva-se esse tempo ao lazer, disciplinamento e controle do trabalhador.

Vale destacar que, neste mesmo período – de ascensão e popularização do futebol – surgem as primeiras formas de financiamento da prática esportiva até então. Essas primeiras formas de investimentos advêm, sobretudo, de comerciantes que, para promover o sucesso das equipes preferidas nos campeonatos promovidos pela associação, dedicavam-se a financiar e dirigir clubes.

Desta forma, devido a inserção das classes mais baixas à prática esportiva, o público que se formava para frequentar e assistir as partidas de futebol aumentava exponencialmente. Esse movimento de popularização do futebol afasta a aristocracia das posições administrativas dos clubes e abre espaço para os novos burgueses (em sua maioria industriais, empresários e comerciantes). Elege-se então um novo caráter do futebol inglês, agora sob o *ethos* do capital industrial.

Eric Hobsbawm define, portanto, o futebol como a “religião leiga da classe operária”, sobretudo, pelo modo no qual essa prática esportiva se expandiu entre a população trabalhadora e como a mesma se inseriu nesse processo de popularização do futebol durante a expansão das cidades (HOBSBAWM, 1997). Essa definição do historiador inglês, destaca o sentido ativo que o proletariado urbano inglês impõe ao futebol. Segundo o sociólogo brasileiro José Miguel Wisnik (2008, p.43) “criado e reservado como privilégio da elite, o futebol foi tomado para si

⁴ Essas preocupações citadas por Thompson dizem respeito aos “preâmbulos às Normas 40 (sobre o diretor da fábrica) e 103 (sobre o supervisor) [que] tocam na nota predominante da fiscalização moralmente justa” (THOMPSON, 1998, p. 289).

⁵ “A adoção da remuneração desses operários acabou criando a distinção entre “amadores” e “profissionais”, ainda que não se tratasse de modalidades formais de pagamento, apenas uma retribuição ao tempo perdido fora do ambiente de trabalho” (SANTOS, 2017, p. 48).

pela classe trabalhadora”. Surge como resultado uma “cultura torcedora”⁶ estritamente operária graças a identificação dos mesmos com os clubes de determinadas localidades ou regiões na qual haviam sido fundados.

Nesse contexto de popularização e de investimentos industriais – reflexo do início de uma sociedade capitalista – a elite britânica que se utilizava do esporte como simples meio para criar laços de socialização e até mesmo desenvolver o vigor físico dos que seriam os futuros governantes do país se posiciona contra esse “profissionalismo marrom”⁷, criando quase uma cisão futebolística entre o Centro-Norte industrial e o Sul aristocrático. (FRANCO JÚNIOR, 2007)

Antes da FA (Football Association) aceitar o profissionalismo, houveram diversas denúncias de atletas que recebiam algum tipo de compensação em troca da prática futebolística, culminando, portanto, na criação de comissões de julgamento com severas ameaças de punição a quem “ousasse inferi-la”. (MURRAY, 2000). Conforme Marcelo Proni (1998), a profissionalização é adotada em 1885, entretanto tratava-se de uma adoção em meio termo, no qual somente os jogadores podem ser profissionais, mantendo o amadorismo para os dirigentes. De acordo com o mesmo autor, essa foi uma das formas encontradas a fim de manter os princípios morais da burguesia que passa, a partir desse momento, a atuar na organização dos clubes.

Evidencia-se, portanto, que esse profissionalismo chega com bastante força somente nas regiões industriais da Inglaterra, tendo uma forte resistência dos aristocráticos do Sul – ainda relutantes à profissionalização do futebol. Essa resistência é evidenciada pela ausência de qualquer clube de Londres nos primeiros anos da primeira liga de futebol profissional no mundo, a English Football League, com caráter estritamente comercial (MURRAY, 2000).

O novo caráter do futebol inglês é evidenciado no contexto de criação da Liga, segundo Murray (2000):

Os homens envolvidos nas discussões sobre a criação da nova liga eram *pequenos comerciantes e industriais* [grifo meu], originários de uma classe social diferente da dos dirigentes da FA. Sob o olhar preocupado da FA, as decisões foram lideradas pelos indivíduos favoráveis à criação da liga. As discussões foram difíceis, mas em 17 de abril de 1888, em um encontro histórico, a ideia foi aprovada. (MURRAY, 2000, p. 29/30)

⁶ O termo “cultura torcedora” é estabelecido por Irlan Santos, em seu livro *Clientes Versus Rebeldes*, e trata-se, portanto, de torcedores de classes populares, sobretudo operários, que passam a frequentar ativamente os estádios e que ocupam os setores mais baratos, compondo um papel significativo durante o século XX.

⁷ “(...) Onde atletas das classes populares eram pagos ilegalmente para compor as equipes dos clubes.” (YAMANDU & JUNIOR, 2012, p. 3)

Com a adoção da profissionalização, os clubes procuravam, para além da bilheteria, outras formas de aumentar suas receitas. É com esse propósito que, segundo o historiador Hilário Franco Júnior (2007), no ano de 1891, o clube Arsenal abre parte de seu capital a 860 acionistas. Porém, não se trata aqui de uma primeira forma de investimento de capitais sobreacumulados (ARRIGHI, 2004; HARVEY 2008). Não se cria, neste primeiro momento um ideário liberal no mercado do futebol com intuito de auferir lucros. Marcelo Proni (1998), destaca exatamente o contrário, a manutenção do ideário amador na direção dos clubes de futebol do período, designados aos aristocratas do Sul (Football Association) fez com que os clubes não se estabelecessem como empresas capitalistas em busca de lucros cada vez maiores, mas sim como entidades civis sem fins lucrativos. A respeito disso, o historiador Richard Holt (1989), descreveu que:

O profissionalismo foi legalizado em parte a fim de colocar um limite ao poder de barganha dos jogadores. (...) logo, a aceitação do profissionalismo não estabeleceu um mercado livre no futebol, mas confinou legalmente os jogadores a um clube e determinou o teto salarial que poderia ser pago a eles. A Liga de Futebol era uma espécie de cartel sem fins lucrativos no qual o poder dos clubes maiores estava limitado pelos menores. Isto era justamente como os amadores da Football Association julgavam que deveria ser⁸.

Da mesma forma, Proni (1998) destaca que, para se evitar que o futebol se transformasse em uma atividade exclusivamente comercial, a Football Association:

(...) foi (i) estabelecendo normas rígidas para os estatutos dos clubes, (ii) dificultando que os eventuais lucros pudessem ser apropriados pelos acionistas, (iii) contendo pressões salariais e elevações de custos, e (iv) cuidando para que a concorrência entre equipes se restringisse ao âmbito esportivo (PRONI, 1998, p. 152)

Vale considerar que, neste movimento de criação de normas para preservar o ideário amador da prática futebolística, são criadas as primeiras regras de transferência de um jogador de uma equipe para outra. Segundo Murray (2000), em 1905, após as cifras envolvendo as transações alcançarem mil libras, a FA procurou decretar, sem sucesso, um limite máximo de 350 mil libras. Contudo, instaurou-se um teto salarial para jogadores que “(...) recebiam uma remuneração máximo de 280 libras, incluindo a proibição de bonificações, consideradas prejudiciais ao desportismo(...)” (MURRAY, 2002, p. 33).

⁸ “Professionalism was legalized partly in order to place a limit on the bargaining power of players. (...) Hence the acceptance of professionalism did not set up a free market in football but bound players legally to one club and determined the maximum wage that could be paid to them. The Football League was a kind of non-profit-making cartel in which the power of the largest clubs was limited by the smallest. This was just as the amateurs of the FA thought it should be.” HOLT, R. Sport and the British: a modern history, Clarendon Press, 1989, cap. 5, pp. 285-6.

De todo modo, observa-se a construção de um modelo inglês de organização híbrida do futebol profissional (PRONI, 1998), que separa a gerência dos clubes (designada aos aristocratas, comerciantes, empresários e industriais bem-sucedidos) e a figura do jogador proletário, recluso de qualquer decisão administrativa do clube, sendo a ele reservado o “papel de mão-de-obra barata e submissa” (PRONI, 1998, p. 152). A socióloga Janet Lever (1983) explicita muito bem esse processo:

As classes privilegiadas consideravam que o pagamento era uma afronta às tradições do esporte amador; mas os jogadores das classes trabalhadoras precisavam do dinheiro. (...) chegou-se a um acordo em 1885, quando a Football Association aceitou os profissionais, mas proibiu-os de servirem em qualquer comitê ou comparecerem às reuniões da associação. Ou seja, a compensação para a presença de profissionais no campo era o controle administrativo do futebol por amadores. (LEVER, 1983, p. 61)

A Inglaterra, portanto, cria as bases de um futebol profissional e seu modelo híbrido de organização – de administração burguesa e jogadores proletários – refletirá em outros países no período de difusão do futebol, países estes que usariam esse modelo como pressuposto para a instauração dessa prática esportiva como veremos no capítulo a seguir.

2.1. DIFUSÃO DO FUTEBOL

Neste capítulo evidenciaremos como o futebol é difundido nos países ao redor do mundo, especificamente na Europa e América Latina. Contudo, como o Brasil apresenta características regionais próprias, a inserção da modalidade – assim como o processo de profissionalização – se apresentará de modo distinto. Dessa forma, trataremos do caso brasileiro em um subcapítulo a parte, pois será de extrema importância para a compreensão da realidade atual do futebol do país.

Antes mesmo de tornar-se um esporte mundial, o território britânico é tomado pelo futebol. O Reino Unido, com os primeiros passos da profissionalização desse esporte, presenciou uma grande movimentação de jogadores entre os países dessa região. Segundo Hilário Franco Júnior, “só no ano de 1884, 55 escoceses deixaram suas cidades e seus empregos para jogar futebol na Inglaterra” (FRANCO JR., 2007, p. 35). Essas imigrações, evidenciam no futebol a mudança do amador para ao profissional e esses deslocamentos nos permitem asseverar a consolidação do futebol na região britânica. A realização de amistosos entre a

Inglaterra e Escócia também constitui como fator importante para a expansão mundial do futebol⁹.

A primeira grande difusão do futebol pelo mundo está intrinsicamente ligada ao imperialismo inglês e suas grandes áreas de influência (MASCARENHAS, 2000). É em razão de seu vasto domínio imperial sobre as diversas colônias ao redor do mundo e constituindo como principal território de saída dos imigrantes europeus durante o período entre 1850 e 1890 (HOBSBAWM & RANGER, 1982) que os ingleses exercerão um papel ativo na difusão do futebol e como resultado será apropriado por outros povos.

Deste modo, compreende-se que a difusão se deu, sobretudo, através das migrações dos trabalhadores ingleses para demais países em decorrência do surgimento da indústria em outras localidades. Como destaca Gilmar Mascarenhas “em praticamente todos os países com os quais mantinha relações comerciais, os ingleses aportaram o futebol como mais um produto de sua vigorosa ‘indústria’” (MASCARENHAS, 2000)

As regiões portuárias eram as maiores receptoras deste novo fenômeno esportivo e os ingleses foram, segundo Mascarenhas (2002, p. 7), os “portadores dos nexos globais, os agentes ‘demonstradores’ desta novidade esportiva, e a presença maior ou menor destes agentes implica no grau de exposição do lugar. ”.

É de suma importância destacar a criação do primeiro clube fundado fora da Inglaterra, o Le Havre¹⁰ (1872), localizado na cidade portuária de Normandia, na França. Outras agremiações, também de regiões portuárias, surgem durante esse período, é o caso do Quilmes (1887) da Argentina e o Porto (1893) de Portugal. Dessa forma, concordamos com Mascarenhas (2000) quando o mesmo afirma que “(...) cidades portuárias (...), a partir da exibição informal de marinheiros britânicos, tiveram contato precoce com o futebol, quase sempre antes de qualquer outra localidade em seus respectivos países”. É neste período que o futebol se instala em diversas regiões do mundo, com os primeiros clubes sendo formados por imigrantes britânicos.

Reiterando a importância dessas regiões, o sociólogo Ramon Llopis-Goig (2005), destaca que a Espanha em 1878, foi um dos primeiros territórios fora das Ilhas Britânicas a praticar o futebol no modelo inglês, devido a presença de trabalhadores ingleses que atuavam

⁹ Franco Jr. (2007) destaca dois eventos que contribuíram para a expansão do futebol além das fronteiras britânicas: i) as partidas entre Inglaterra e Escócia realizadas anualmente desde 1872; e ii) as partidas Inter Seleções fora das Ilhas Britânicas a partir de 1883.

¹⁰ O Le Havre inicialmente era um time de rúgbi, como naquele período as divisões entre as duas modalidades ainda não eram bem definidas, é considerado o primeiro clube fundado fora da Inglaterra, ademais não no modelo inglês de futebol.

nas minas de Huelva. Os primeiros clubes espanhóis também estão localizados em regiões portuárias, que é o caso do Huelva (1899) e do Atlético de Bilbao (1898). O primeiro torneio, a Copa Del Rey, foi criado em 1902, sendo somente no ano de 1909 a criação da primeira liga. (LLOPIS-GOIG, 2005). Na Itália o futebol chega no ano de 1887, por meio de um industrial da cidade de Turim após uma viagem à Inglaterra – a primeira liga italiana só é fundada em 1906. Já na Alemanha, o futebol é difundido pelos comerciantes ingleses da região portuária de Bremen e Hamburgo e o primeiro torneio é fundado no ano de 1900¹¹

Cabe aqui destacar que a introdução do futebol na Espanha e na Itália ocorre de maneira semelhante: as divisões regionais nos quais os países se encontravam, propiciou uma inserção da prática esportiva dispersa e paralela devido aos mais diversos portos distribuídos ao longo da costa de ambos países. Sendo assim, na Espanha a unificação dos campeonatos ocorre quatro anos após a criação da primeira liga, em 1913, e na Itália duas décadas após a criação da primeira liga. (SANTOS, I. 2017)

Na América Latina, a Argentina revela-se como um dos primeiros territórios a receber o futebol, com o primeiro campeonato nacional criado no ano de 1891. Segundo Santos (2017, p. 53), neste período “ (...) Buenos Aires já despontava como principal centro urbano para os interesses britânicos na América do Sul, com população maior que o Rio de Janeiro”. Estima-se que no final do século XIX, a argentina contava com 40 mil ingleses (MASCARENHAS, 2014). A particularidade da Argentina, está atrelada a vasta quantidade de colônias inglesas no território e, sobretudo à criação de instituições de ensino vinculadas a elas, sendo as mesmas responsáveis pela criação dos primeiros clubes.

Após 1881, ao chegar da Escócia, Alexander Hutton, considerado o “pai do futebol argentino”, fundou um estabelecimento de ensino e nele inseriu o futebol – este também foi o responsável pela criação da primeira liga argentina em 1891 (GUTTMANN, 1994; MASCARENHAS, 2014). Entende-se, portanto que o futebol argentino também ficará restrito às elites, sobretudo as britânicas que detinham forte influência no território.

Sobre a difusão do futebol pelo continente sul americano, Santos (2017) ainda destaca que:

Essa particularidade terá peso central na difusão do futebol em toda a região do Prata, formando um polo em particular no continente. Montevideo acompanha muito de perto os movimentos ocorridos “do outro lado do rio”, fundando sua primeira liga em 1900, e, na medida em que a prática se expande

¹¹ Mascarenhas (2014, p. 69) destaca que a Alemanha é um dos exemplos de “(...)países que, por meio de guerras pretéritas, historicamente desenvolveram relações de rivalidade com a Inglaterra” e dessa maneira “tenderam, no início, a rejeitar o futebol (...)”

por seu território, acabará por atingir o extremo sul do Brasil (...). (SANTOS, 2017, p. 54)

Observa-se que o futebol, no seu processo de expansão mundial, apresenta características que variam entre os territórios. Assevera-se, portanto, que será nos países com maior relação com a Inglaterra que o futebol será adotado prematuramente, sendo as regiões portuárias, em sua maioria, receptoras dessa nova “cultura inglesa”. A seguir, trataremos sobre o caso do Brasil, que pela sua dimensão territorial fugirá do padrão e apresentará características particulares na adoção do esporte.

2.2. INSERÇÃO E POPULARIZAÇÃO DO FUTEBOL NO BRASIL

Até o fim do século XIX o Brasil era um país de economia predominantemente primário-exportadora, no qual atendia às exigências do mercado externo. As regiões estavam desarticuladas e contavam com uma dinâmica própria. Como bem ressalta Araújo (2000), “eram dinâmicas não necessariamente confluentes no tempo: daí a economia açucareira do Nordeste podia ir mal enquanto a economia cafeeira do Sudeste ia muito bem”. Sendo assim, o Brasil neste período, era caracterizado por “ilhas” regionais que, com dinâmicas autônomas, constituíam o “arquipélago mercantil” brasileiro (BECK; EGLER, 1993; ARAÚJO, 2000).

Dessa forma, a introdução do futebol no Brasil vai ser distinto dos países vizinhos da América do Sul, segundo Mascarenhas (2014):

(...) A existência de vários pontos distantes entre si e a dispersão espacial dos investimentos ingleses conformaram no Brasil um quadro muito peculiar, muito distinto, daquele verificado na Argentina, no Chile e no Uruguai. (...) não podemos localizar um único ponto no território do Brasil a partir do qual o futebol, como inovação, tenha se introduzido e se difundido espacialmente (...) (MASCARENHAS, 2014, p. 49)

A inserção do futebol no Brasil, deu-se a partir da presença de ingleses nas zonas portuárias e nas construções de ferrovias¹² (GRAHAM 1968; MASCARENHAS, 2014). Dessa maneira, devido a dinâmica territorial brasileira do período, o futebol será inserido de forma distinta, com cidades mais receptivas a inovação inglesa e outras nem tanto¹³. Cabe ressaltar

¹² Mascarenhas (2014) irá destacar no estado do Paraná, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro as primeiras partidas de futebol, todas realizadas através de descendentes de ingleses ou trabalhadores britânicos das construções ferroviárias.

¹³ Regiões com menor presença de trabalhadores ingleses, terão maior resistência ao esporte. A partir da industrialização, já no início do século XX, universitários também serão responsáveis pela inserção do esporte em diferentes localidades. (MASCARENHAS, 2014)

que “nas cidades maiores e mais “modernas”, o ambiente cosmopolita gerou um quadro particularmente promissor, que conciliava disponibilidade de informação e desejo de inovação” (MASCARENHAS, 2014, p. 51). Sendo assim, São Paulo e Rio de Janeiro, darão os pontapés iniciais para a prática futebolística no país.

O início do futebol no Brasil, seguindo a tendência de outros países, ficou restrito às elites – mais especificamente à elite paulistana¹⁴. Charles Miller, brasileiro de pais ingleses, ao voltar de um longo período na Inglaterra, propôs a reunir os amigos do São Paulo Athletic Club para uma partida de *football* – primeira partida no país respeitando as regras oficiais estabelecidas pela Football Association.

Sobre o começo do futebol no Brasil, a partir de um contexto histórico e econômico e a contradição entre o esporte de elite e a realidade brasileira do período, Hilário Franco Jr. (2007) ressalta que:

Esporte de bacharéis num país caracterizado por gigantesca desigualdade social, esporte de brancos em uma sociedade com marcas ainda expostas do escravismo, esporte associado a ícones do progresso e da industrialização numa economia ainda essencialmente agrária, o futebol tornou-se desde o início um dos ingredientes mais importantes dos debates acerca da modernização do Brasil e da construção da identidade nacional (FRANCO JR., 2007, p.61)

Contudo, a partir do século XX, o país passou por um processo de mudança das atividades econômicas e inicia-se o processo de industrialização nacional – agora atendendo as exigências do mercado interno. Dessa forma, a mudança no quadro econômico brasileiro vai propiciar a articulação das regiões brasileiras e alterará profundamente a dinâmica regional até então existente. (ARAÚJO, 2000).

De acordo com Araújo (2000):

A integração produtiva comandada pela dinâmica da acumulação industrial ia impondo uma dinâmica cada vez mais semelhante entre as regiões brasileiras, guardadas apenas as variantes definidas pelas especializações produtivas de cada região (...) se a tendência era expansiva, a expansão atingia todas as regiões, o mesmo acontecendo se a tendência era recessiva. (ARAÚJO, 2000, p.74)

¹⁴ Segundo Hilário Franco Júnior, “em 1898 foi fundada a Associação Atlética Mackenzie College, primeiro time constituído exclusivamente por brasileiros; em 1899, o Sport Club Internacional, reunindo ingleses e brasileiros, e o Sport Club Germânia, que abrigava alemães e descendentes; no ano seguinte, o Club Atlético Paulistano, com representantes de famílias tradicionais da cidade de São Paulo; em 1902, a associação Atlética das Palmeiras, criada por jogadores do segundo time do Paulistano, que desligaram de seu clube original” (FRANCO JR., 2007, p. 61)

Dessa forma, se antes as regiões eram dependentes externamente e cada uma tinha uma dinâmica própria, neste momento, agora articuladas, as regiões com maior grau de industrialização comandarão as dinâmicas nacionais. Considerando que São Paulo, no fim do século XIX, já possuía a indústria cafeeira e contava com o trabalho assalariado, a industrialização vai se estabelecer no território paulista com maior facilidade – diferentemente das cidades da região nordestina, no qual o trabalho em condições escravagistas ainda imperava (FURTADO, 1971). De acordo com Bertha Becker e Claudio Egler (1993, p.90) o “processo de industrialização, intensificado a partir de 1930, quebrou com o relativo isolamento do arquipélago mercantil articulando as regiões brasileiras *sob o comando dinâmico de São Paulo* [grifo nosso]”

O que pretendemos frisar é que popularização e adoção do futebol encontrará mais força onde há maior grau de industrialização – e concomitantemente, melhor aceitação das inovações. Segundo Mascarenhas (2002), São Paulo antecede a cidade do Rio de Janeiro na adoção do futebol por dois motivos, sendo eles:

Primeiramente, os cariocas já possuíam um esporte de relativa popularidade, o remo (...) por outro, devemos considerar a modernidade paulistana. Se o Rio de Janeiro também se industrializa rapidamente, sua modernização se faz a partir de uma materialidade fundada em pesada herança colonial, expressa por exemplo no urbanismo, no ambiente dos títulos nobiliárquicos e no numeroso contingente de excluídos (a maioria ex-escravos), daí possivelmente oferecer maior resistência a determinadas inovações. Em São Paulo, o surto de crescimento se realiza sobre um território que era, em 1872, um pequeno núcleo “caipira” (o velho “burgo dos estudantes”) de 31 mil habitantes, pronto para ser inteiramente reconstruído e ampliado sob as forças hegemônicas da nova ordem ‘industrial’. (MASCARENHAS, 2002, p.5)

Assim como na Inglaterra, a popularização do futebol no Brasil será decorrente, sobretudo pela apropriação dos trabalhadores industriais pela modalidade. No início do século XX, surgem diversos clubes decorrentes da popularização – contemplando uma parcela mais modesta da sociedade. Santos (2017, p.56) destaca alguns principais exemplos, como “os “pretinhos” do Ypiranga (1906) em Salvador, fundado por estivadores; o “de valor inferior” Andarahy AC (1909, já extinto) no Rio de Janeiro e o “varzeano” Corinthians (1910) em São Paulo ambos diretamente fundados por operários”.

No primeiro advento da industrialização no país, o Brasil contou com times oriundos da burguesia comerciante, que é o caso do Madureira (1914) e a Associação Atlética da Bahia (1914). Há também o desenvolvimento de times fabris – destaco aqui o exemplo do carioca Bangu (1904), criado por trabalhadores, mas com a fábrica cedendo o nome e recursos para sua promoção. Também era prática comum nesses clubes, de comerciantes e industriais brasileiros,

a inserção de funcionários como jogadores nas equipes, estratégia essa para contornar as rígidas regras do amadorismo e estabelecer a relação de patronato. (SANTOS, 2017).

Com o crescimento populacional na região Sudeste, eleva-se as aglomerações em torno dos campos de futebol, popularizando ainda mais o jogo entre os setores populares. Dessa forma, são construídos os primeiros estádios com arquibancada no Brasil. Em 1919, é inaugurado o estádio das Laranjeiras no Rio de Janeiro, pertencente ao Fluminense. Em São Paulo no ano de 1920, o Palmeiras também passa a adquirir um estádio, o então Parque Antártica. A aquisição desses novos campos de futebol com arquibancada, serviu como uma nova captação de recursos com a venda de ingressos. (MASCARENHAS, 2014)

Sendo assim, essas construções refletem dois movimentos, i) a busca por uma nova captação de renda e ii) a criação da “cultura torcedora” (SANTOS, I. 2017), que ia frequentando cada vez mais os campos de futebol. Entretanto, dada as diferenças regionais presentes no Brasil desde esse período, Irlan Santos (2017) destaca que:

(...)Entre 1900 e 1940, enquanto São Paulo multiplicou por cinco a sua população, atingindo cerca de 580 mil habitantes, Salvador via um grande êxodo da sua população, o que causou um crescimento populacional de menos de 50% em quatro décadas, aparecendo com 280 mil habitantes no Censo de 1940. A falta de estrutura também fez com que Salvador chegasse aos anos 1920 sem um estádio de qualidade minimamente razoável, causando uma grande defasagem frente aos clubes do Sul e Sudeste. – (SANTOS, I. 2017, p. 61)

Não havia uma liga nacional que abarcasse os times de todas as regiões brasileiras, eram realizadas diversas competições em diferentes regiões, cada uma com sua característica. Irlan Santos (2017) destaca essa diferença entre a dificuldade de locomoção dos times de futebol da cidade de Salvador, que no início do século XX, era praticamente desprovida de qualquer transporte público, enquanto que as já industrializadas Rio de Janeiro e São Paulo tinham maior facilidade, pois já contavam com linhas ferroviárias entre uma cidade e outra.

Com a concentração das pessoas de baixa renda ao redor dos palcos futebolísticos da elite, as classes populares começaram se sentir atraídas pelo futebol, buscando reproduzir o esporte nas ruas, em praças e terrenos baldios (MASCARENHAS, 2014). Portanto, assim como em outros países, a popularização do futebol no Brasil, como destaca Santos (2017, p. 56) é “uma ruptura com a estrutura do futebol amador elitista”.

Na Europa observam-se o mesmo processo de aumento de torcedores frequentando estádios, na medida em que os clubes passam a cobrar pelos ingressos um valor simbólico, crescendo ainda mais a participação popular dentro desse espaço. Com a permissão de

jogadores de origem popular e operária atuarem nos clubes e alguns recebendo salário para jogar, o profissionalismo, ainda questionado, vai tomando forma.

É de suma importância frisar que este processo também marca a transição do futebol como sendo um jogo exclusivamente da elite, para um esporte da massa popular. E a difusão da prática esportiva para as classes mais populares, evidencia a aceitação dos trabalhadores nos campos de futebol na medida em que a elite migra para as direções dos clubes.

Esse fim do século XIX e início do século XX, marcam a expansão e popularização do futebol, com a inserção desse novo fenômeno em diversos países. Sendo assim, a partir deste momento, objetiva-se a criação de uma federação internacional, que buscaria defender os interesses dos países praticantes do futebol, contudo a Inglaterra ainda se encontrava relutante a essa ideia – presa aos ideais amadores. Entretanto, em 1904 a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) é fundada por sete países, sendo eles a França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça. Da mesma forma, em 1916 é criada a Confederación Sudamericana de Fútbol (CONMEBOL), com o objetivo de facilitar o contato e a troca de informações com os clubes do continente sul americano. Neste mesmo ano, finalmente é fundada a Confederação Brasileira de Desportos (CDB), responsável pela legitimação das ligas existentes no país.

O que podemos observar é que o futebol ao se difundir no território brasileiro, é feito de maneira desigual devida às diferenças regionais presentes até o momento. A partir da industrialização e forte investimento do Estado na integração das regiões o futebol começa a ser adotado na maioria das localidades, quebrando antigos laços tradicionais e resistentes à implementação de um novo esporte moderno – o que vai resultar em sua popularização. No capítulo será tratado como o profissionalismo da modalidade irá se concretizar.

2.3. PROFISSIONALIZAÇÃO DO FUTEBOL

Apesar do futebol ser introduzido a uma vasta gama de países, sua profissionalização durante esse período ficará restrito às Ilhas Britânicas. Essa demora na adoção do profissionalismo do futebol em países fora da fronteira inglesa é devida, sobretudo, à inserção prematura desse esporte no rol dos esportes Olímpicos em 1900 – o que preservou o regime amador entre os atletas (PRONI, 1998), haja visto que, para poder participar das competições olímpicas, os atletas não poderiam receber nenhum auxílio monetário para praticar o esporte.

Como visto nos capítulos anteriores, com a popularização do futebol entre a classe operária, os industriais passam a utilizar do esporte como medida para o controle do tempo livre do trabalhador, mas ao mesmo tempo, ao tentar impedir que os jogos atrapalhem a produção, estabelece-se sua profissionalização. Contudo, se nos países britânicos esse processo ocorreu ainda no século XIX, no restante dos países, a profissionalização vai se estabelecer somente a partir da década de 1930.

O profissionalismo chegou no ano de 1924 na Áustria¹⁵, 1929 na Tchecoslováquia, Hungria e Itália, 1930 na Espanha e 1932 na França. Dessa forma, com uma quantidade crescente de jogadores se tornando profissionais e não podendo participar dos jogos olímpicos – competição restrita a atletas amadores – não havia nenhuma competição que envolvesse as novas potências futebolísticas, agora sendo moldada pelo profissionalismo ainda em sua fase inicial.

Neste período, a FIFA, com o apoio do governo uruguaio, fomentou a ideia de promover um campeonato mundial de seleções. Sendo assim, no ano de 1930 foi realizada a primeira Copa do Mundo, no Uruguai. A final entre uruguaios e argentinos, contou com 90 mil torcedores no estádio Centenário para ver a seleção anfitriã levar o título. Contudo, essa edição do campeonato mundial não contou com a seleção da Inglaterra (com valores recluso ao profissionalismo, não demonstrou interesse pela competição) e demais seleções europeias, pelo alto custo das viagens e pelo tempo excessivo das mesmas (PRONI, 1998).

Segundo Proni, depois da Copa do Mundo, foram caindo as resistências à profissionalização e o mercado de futebol já se formava com as primeiras transferências intercontinentais. Conforme o mesmo autor:

(...) O fator decisivo para a generalização dos contratos profissionais foi a iniciativa de alguns clubes europeus de contratar atletas de países onde ainda imperava o amadorismo. Na América do Sul, Argentina e Uruguai foram os primeiros países a adotar o profissionalismo, em 1931, como meio de impedir o êxodo de atletas para a Europa (especialmente para Itália e Espanha). (PRONI, 1998, p. 156)

Para entender o deslocamento desses atletas é importante frisar a instauração do profissionalismo na Espanha e Itália. Em um período no qual há o predomínio de regimes totalitários, o futebol é usado pelo Estado como arma política. Na Itália, com o objetivo de integração nacional, Mussolini designou à alguns políticos de confiança a tarefa de criar uma

¹⁵ A Áustria foi o primeiro país do continente a adotar abertamente o profissionalismo (considerando que na Inglaterra ainda aviam restrições às formas de pagamento ao jogador) o que criou um movimento em cadeia, com vários países profissionalizando o esporte em seguida (PRONI, 1998).

liga nacional. Em 1926 o país já admite a remuneração a jogadores e em 1929 o torneio é unificado. A Espanha segue os mesmos passos, sendo na ditadura de Miguel Primo de Rivera que ocorreu a unificação de sua liga nacional no ano de 1928 (MASCARENHAS, 2014)

Entretanto, o profissionalismo durante esse período teve algumas restrições. Os clubes da Itália e Espanha só podiam contratar jogadores nascidos no país ou descendentes. Essa restrição levou os clubes, segundo Santos (2017), a “recorrer a jogadores “oriundos” espalhados, pelo mundo, promovendo uma grande leva de repatriação de jogadores uruguaios, argentinos e brasileiros” (SANTOS, 2017, p. 65).

Esse êxodo de atletas é claramente evidenciado no Brasil durante o período entre 1925 e 1938 que, segundo Coelho (2009), registram-se vinte e seis jogadores que saíram dos clubes brasileiros para atuarem em outros países. Santos (2017) enfatiza que esses jogadores são persuadidos a se mudar por dois motivos, i) a vontade de retornar as origens e ii) pela oportunidade de ganhar melhores remunerações, haja visto que o futebol brasileiro neste período ainda caminhava lentamente para a profissionalização.

No Brasil, a profissionalização iniciou-se em 1933 nos clubes das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – haja visto o maior grau de industrialização destes centros urbanos. Esse processo se estendeu até 1940, sobretudo pelas políticas implantadas no Estado Novo, que criou as primeiras legislações esportivas, consolidando a profissionalização do esporte no Brasil (SANTOS, 2017). Com a profissionalização, alguns clubes deixam de existir e cria-se então um novo quadro clubístico no Brasil.¹⁶

Dessa forma, com a ascensão da profissionalização, surgem as primeiras características produtivistas, como Wisnik ressalta:

Não só o profissionalismo ganhava terreno, como igualmente o espírito produtivista. Em 1925, o Arsenal aceitou a proposição de seu *manager* e técnico Herbert Chapman de contratar o jogador Charles Buchan, do Sunderland, por um salário fixo e um valor complementar por gol marcado (...) a estação de metrô próxima ao estádio Highbury passou, em 1932, a ser oficialmente chamada estação Arsenal – (WISNIK, 2008, p. 42)

Contudo, essa virada do futebol amador para o futebol profissional, segundo Santos, é sintetizada pela história de Leônidas da Silva. Segundo o autor:

¹⁶ Clubes que não decidiram se profissionalizar abandonam as ligas existentes até o momento, que é o caso do Paulistano (SP) e o Bahiano (BA), já o Vitória (BA) continua participando da liga, mas não se profissionaliza. Outros clubes de elite que sofreram rupturas pela resistência ao profissionalismo, optaram pela fusão a fim de aplicar o profissionalismo, dessa forma surge o Esporte Clube Bahia (união da Associação Atlética da Bahia e do Clube Bahiano de Tênis) e o São Paulo Futebol Clube (proveniente da cisão entre o Paulistano e da Associação Atlética das Palmeiras) (SANTOS, 2017, p. 68).

Considerado um dos melhores jogadores entre os clubes de SP-RJ, Leônidas tem uma rápida passagem pelo Uruguai em 1933, no esquadrão do Peñarol, que contava com nada menos que oito brasileiros. Ele se convence a retornar ao Brasil com a oficialização do profissionalismo, que ocorre logo depois. Na Copa do Mundo de 1938 é apelidado de “Diamante Negro”, e, logo no ano seguinte, recebe uma proposta de uma fábrica de chocolates para utilizar seu nome e sua imagem para a promoção de um novo produto – (SANTOS, 2017, p. 69)

Após a Segunda Guerra mundial, as “ (...) políticas de corte keynesiano, atuando de forma indireta sobre a demanda, redinamizaram as economias e diminuíram, durante trinta anos, o impacto cíclico das crises (...)” (FIORI, 1992, p. 76). Começaram a ser construídas as bases do Estado do bem-estar social com alta regulação e intervenção estatal na economia (PAULANI, 2006). Este período, datado de 1947 a 1973, mais conhecido como “anos dourados”, vai consolidar o profissionalismo no futebol, onde já podemos observar alguns investimentos industriais na prática esportiva.

Neste momento, caem as antigas restrições do modelo precedente ao profissionalismo no futebol. Em 1960, a Inglaterra revoga a regra do teto salarial para jogadores, abrindo oportunidade para que atletas de times de pequena e média expressão sejam atraídos para clubes maiores que ofertam melhores salários. A Alemanha em 1963 finalmente desata o nó do amadorismo e implanta o profissionalismo. Sendo assim, enxerga-se nestes dois acontecimentos, portanto, uma mudança no patamar econômico de uma Europa que evidencia a transição da classe operária para a condição de “classe média”. Dessa forma, o futebol dá os primeiros passos para a transformação em mais uma opção de mercado – antes mesmo do advento do televisionamento dos jogos (SANTOS, 2017). Alguns dirigentes, atentos à essa mudança, já viam necessidade na mudança do futebol, fazendo emergir algumas discussões em relação ao “espetáculo”. Irlan Santos (2017) resume bem este período da década de 1960, segundo o autor:

Os anos de 1960 se encerram sobre essa celeuma. O jogo precisaria se transformar por inteiro e as velhas relações patronais deveriam ser mudadas por uma lógica mais racional e menos dispendiosa. Nessa altura, o televisionamento dos jogos começava a dar seus primeiros passos na Europa, sob a estrutura das então redes estatais [...] (SANTOS, 2017, p.75)

Ainda no ano de 1967, ocorrerá um evento de destaque na transição do futebol amador para o futebol profissional (paralelamente ao futebol como indústria), a fundação da National American Soccer nos Estados Unidos, “a primeira liga profissional a implementar uma concepção empresarial moderna de organização esportiva no soccer” (PRONI, 1998, p. 55).

Entretanto, em 1984 encerra-se suas atividades devido à falta de competitividade com os outros esportes tradicionais e mais rentáveis no país. O pioneirismo por parte dos estadunidenses, servirá como base e inspiração para a doção do futebol-empresa nos países europeus (PRONI, 1998).

Este momento histórico reflete, portanto, as primeiras evidências do capital portador de juros no futebol – haja visto que no Estados Unidos o capital financeiro ressurgiu, ainda que de forma tímida, em 1950 (CHESNAIS, 2005) e o futebol, em grande crescimento e ganhando cada vez mais público consumidor, desperta o interesse de grandes investidores que visualiza o esporte como uma alternativa de investimento capaz de absorver o capital excedente.

A partir de 1950, o esporte praticado com os pés vai criando bases para se tornar um dos mais populares e rentáveis do mundo. O crescimento urbano e a formação de novas metrópoles estão intrinsicamente ligados ao processo expansivo do futebol (MASCARENHAS, 2014). A criação de quatro grandes estádios até a década de 1960 no Brasil¹⁷, evidencia a massificação do esporte, que ainda se encontrava em uma fase primária de rentabilização através dos estádios.

O que pretendemos frisar é que neste período de modelo econômico keynesiano, os “anos dourados”, o profissionalismo no futebol profissional será expressivamente decretado. O que observamos é que neste momento a modalidade já dispõe de indícios de investimentos de capital na prática futebolística – o esporte passa a ser vislumbrado pelo capital excedente, no qual busca cada vez mais diversificadas formas de investimento.

Exatamente neste período, entre a década de 1950 e 1970, que o futebol vai se tornando um esporte comercial. Os fatores para esse esporte globalizado, midiaticado e, sobretudo financeiro, faz-se entender quando contextualizamos o ressurgimento do capital portador de juros em 1980. Dessa forma, no capítulo seguinte será abordado os percalços da financeirização do futebol e os primeiros investimentos de capital na modalidade.

3. FUTEBOL GLOBALIZADO E FINANCEIRIZADO

É possível elencar dois momentos fundamentais que vão consumir o processo de financeirização do futebol: i) a entrada do brasileiro João Havelange no comando da FIFA em

¹⁷ Em 1940 temos a construção do Pacaembu sendo considerado um marco no que se compete ao investimento público na criação de estádio. Em 1950, para abrigar os jogos da Copa do Mundo, inaugurou-se o Estádio Jornalista Mário Filho, o “Maracanã”, com capacidade para 150 mil lugares. Em 1951, ergue-se o Estádio da Fonte Nova em Salvador, com capacidade para 50 mil pessoas e em 1960 inaugura-se o Estádio do Morumbi, em São Paulo ainda inacabado. De acordo com Irlan, esses são “os quatros mais relevantes estádios antes do fato que marca história futebol brasileiro: a instauração do regime civil-militar de 1964” (SANTOS, 2017, p. 72).

1974 e; ii) o ressurgimento do capital portador de juros, sobretudo a partir de 1980. Ambos são eventos importantes no advento financeiro futebolístico e vai aumentar as distâncias entre clubes pequenos e grandes – assim como entre times de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O período técnico-científico-informacional – que tem seu início a partir da década de 1970 –, também chamado de globalização, que segundo Milton Santos (2000), é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, teve grande importância para a popularização e ascensão do poder econômico do futebol. Segundo o mesmo autor, a unicidade técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história explicam a arquitetura da globalização atual – na qual a técnica da informação é capaz de alcançar a totalidade de cada país, exercendo influência não somente em um só ponto do território, mas especialmente em sua totalidade (SANTOS, M. 2000).

O entendimento do período técnico-científico-informacional (SANTOS, M. 2000) é de suma importância para compreendermos como o futebol tornou-se uma mercadoria consumida no mundo todo. Segundo Franco Júnior (2007), foi a participação crescente da televisão no futebol, sobretudo na transição do século XX ao XXI, que confirmou o esporte como importante produto da sociedade de consumo e transformou a realidade financeira do setor. Santos (2017) também destaca a transmissão via satélite na Copa do Mundo como um passo significativo para a consolidação do futebol. O alto investimento na modalidade é devido, portanto, ao alto grau de visibilidade que o esporte passou a ter a partir deste período.

Em 1974, ao entrar na direção da FIFA, João Havelange foi um dos principais personagens na transformação do futebol em mercadoria, assim como o primeiro não-europeu a ocupar o cargo. Seu intuito de construir um império mercadológico, com parcerias, integração de regiões até então esquecidas pela fundação, se faz notar em sua famosa frase: “Vim para vender o produto chamado futebol”. Com esse pensamento – de vender o “produto futebol” – João Havelange firma parcerias, o que dará bases para a lucratividade da FIFA, que até então só contava com as rendas obtidas através das realizações da Copa do Mundo. Marcelo Proni (1998), revela o segredo do sucesso de Havelange nesta passagem:

O segredo do sucesso de João Havelange foi ter estabelecido parceria com a Adidas, que há muito vinha desenvolvendo esquemas de marketing apoiados em esportes de alto rendimento, e com a Coca-Cola, que tradicionalmente patrocinava os Jogos Olímpicos (PRONI, 1998, p. 166)

Em meio à essas parcerias, há de se constatar a troca de obrigações que acabou se impondo entre os parceiros, para que o projeto de Saldanha tomasse forma:

Se a Adidas queria os benefícios do relacionamento com a FIFA e os contratos com as federações nacionais, para que as seleções usassem uniformes e bolas fabricados pela empresa, então o preço a ser pago seria apoiar o novo projeto de Havelange. A principal tarefa era encontrar uma grande corporação para financiar a FIFA. Depois de muita negociação, a Coca-Cola foi convencida a adotar uma estratégia mais ambiciosa (e global) de marketing esportivo e a despendar milhões de dólares em projetos de desenvolvimento do futebol nos países futebolisticamente “atrasados” (entre os quais estavam os EUA, que receberam grande parte dos investimentos). (PRONI, 1998, p. 166)

Esse grande projeto acontece exatamente no período técnico-científico-informacional (SANTOS, M. 2000), com alto desenvolvimento das tecnologias midiática e de transmissões via satélite que conduzirá a um processo de mercantilização ainda inédito. Identificamos nesse momento mais uma mudança no quadro de financiamento da modalidade – de grandes patronos industriais, interessados em promover influência política, para empresas que buscam alternativas de diversificação do capital, sobretudo as midiáticas. O futebol por si, passa a se constituir como uma indústria e graça às inovações torna-se um negócio de escala internacional. Para Irlan Santos (2017, p. 78), “ao gosto das indústrias culturais midiáticas, seu pilar central seria o televisionamento e a venda de anúncios como ponta de lança”.

Diante deste acontecimento, em 1974 a Espanha permitiu a contratação de jogadores que não tivesse origem espanhola, revogando a “*Normativa de los oriundos*”. Em seguida, em 1977, a FIFA liberou o uso de patrocinadores nas camisas dos clubes que, no Brasil, serão utilizados no ano de 1982 (SANTOS, 2017).

Esses acontecimentos, deram luz a um futebol jamais visto até então. As antigas amarras ao amadorismo se vencem por completo, fez-se necessário neste período a profissionalização cada vez maior do jogo de futebol, obrigando aos clubes uma capacidade maior de gestão das atividades realizadas, promovendo diversos tipos de profissionais para o funcionamento do “espetáculo”. Essa mudança é bem relatada por Proni (1998):

Antes de 1974, o secretário geral da FIFA era capaz de responder às questões cotidianas e, trabalhando em tempo integral num imóvel alugado, era o único assalariado e recebia um ordenado modesto. Nos anos oitenta, a presença de profissionais de consultoria jurídica, de administração e marketing, de relações públicas etc., tornou-se cada vez mais fundamental na organização e comercialização dos torneios, na supervisão dos contratos, no relacionamento com a TV. Em 1997, a FIFA contava com grande número de escritórios e imóveis próprios e com dezenas de funcionários; uma secretária bilingue ganhava, em média, US\$ 15 mil por mês, um chefe de departamento cerca de US\$ 25 mil, e o secretário geral US\$ 100 mil. (PRONI, 1998, p. 167)

O aumento do profissionalismo para além dos jogadores e o número crescente de renda advinda, sobretudo pela TV, teve como resultado a ação por parte do Estado de transformação dos clubes em empresas. Nas palavras de Irlan Santos:

(...) os custos altos, a estrutura arcaica e o paternalismo dos dirigentes acabam causando uma busca desenfreada para a montagem de times vencedores, sem relação direta com os recursos que entravam, em meio a uma inflação salarial nunca vista. Os clubes passam a acumular imensas dívidas com o Estado, que reage prontamente com uma grande movimentação política para transformá-los em empresas. (SANTOS, 2017, p. 80).

Dessa forma, o que se observa nesse período, a partir da década de 1970, é a ultra mercantilização do futebol, sendo usada como alternativa das grandes empresas, sobretudo depois das crises de 1973 e 1979, para o investimento de capitais sobreacumulados. Nesse processo, evidenciou-se um alto contraste entre clubes com maiores investimentos, que já detinham um público “fiel”, e clubes de menor expressão, sobretudo aqueles que não se encontravam em regiões de capitalismo avançado.

No capítulo a seguir será tratado o segundo momento de consolidação do futebol financeirizado, o ressurgimento do capital portador de juros em 1980 e investimento de empresas na prática esportiva – atendendo a uma lógica de diversificação do capital sobreacumulados.

3.1. FUTEBOL FINANCEIRIZADO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Como acabamos de relatar, o futebol tornou-se um produto internacional a partir do surgimento das transmissões via satélite e a apropriação desta pelo esporte para fomentar sua receita. Dessa forma, para compreender a mudança do quadro futebolístico e assim como entender o investimento de grandes capitais na modalidade, faz-se necessário ter em evidência os aspectos econômicos do período e definirmos o que são as crises de sobreacumulação de capital.

Os “anos dourados” (pautado no alto grau de intervenção do Estado na economia), - tratado no nosso Capítulo 2, tem o seu fim após 30 anos de alto crescimento econômico, baixos índices de desemprego e inflação reduzida. As causas do fim desse modelo econômico deram-se, sobretudo, a partir de 1973 quando o capitalismo avançado entrou em uma “longa e profunda

recessão” (ANDERSON, 1995, p. 9) devido às crises do petróleo (1973 e 1979) (PAULANI, 2006). Como resultado, o capital portador de juros ressurgiu na década de 1980 com grande força – trata-se do momento em que o capital produtivo, ia sendo superado pelo capital financeiro, através da acumulação financeira.

As crises de sobreacumulação do capital são causas do caráter contraditório do sistema capitalista e compreende-se na fase de expansão material do ciclo econômico do capitalismo. Segundo Harvey (2008), essa crise supõe um excedente de trabalho (aumento do desemprego) e excedente de capital (superabundância de mercadorias que não podem ser vendidas sem que haja perda de lucro e/ou excedente de capital que tem a capacidade de investimento produtivo esgotado). Dessa forma, para reverter e buscar alternativas para essas crises de sobreacumulação, faz-se necessário encontrar diferentes maneiras para escoar estes excedentes, na qual vê na produção do espaço a possibilidade de absorção do capital sobreacumulado. De acordo com Harvey:

Estes excedentes podem ser absorvidos por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa) (...) (b) deslocamento espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2008, p. 96).

Essa alternativa do ajuste espacial (HARVEY, 2008) diz respeito à diferentes formas no território para que o capital seja absorvido – esse quadro sofrerá mudanças na próxima fase do capitalismo. A partir do momento em que as taxas de acumulação atingem o seu auge e tornam-se saturadas, o capitalismo chega à sua segunda fase, a de expansão financeira, segundo Arrighi (2004) “uma massa cada vez maior de capital dinheiro (D’) liberta-se da forma de mercadoria e acumulação prossegue com negociações financeiras (como na fórmula abreviada de Marx: DD’)”. Nesta fase do ciclo econômico capitalista, a solução para valorizar o capital é através da acumulação financeira. De forma clara e objetiva, Chesnais (2005, p. 37) define que:

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas em lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valoriza-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora de da produção de bens e serviços (CHESNAIS, 2005, p. 37).

Neste período de acumulação financeira, que antecede o ressurgimento do capital portador de juros, deu-se a ascensão dos chamados “investidores institucionais” (as companhias

de seguro, fundos de pensão, fundos coletivos de aplicação e bancos) (CHESNAIS, 2005). Esses que por sua vez, tiveram forte influência na financeirização do futebol em países como a Itália que a partir de 1966, viu a transformação de seus clubes nacionais em sociedades por ações (FRANCO JUNIOR, 2007).

Essa mudança do quadro econômico reflete diretamente nos campeonatos europeus. Segundo Hilário Júnior, nas onze primeiras edições da Copa dos Campeões europeus, entre 1956 e 1966, onze times latinos¹⁸ conquistaram o título. Contudo, nessa transição da superação do capital produtivo pelo financeiro a situação começou a mudar. Entre 1967 e 1984, houve apenas um time latino a sagrar-se campeão, o Milan e sua conquista em 1969 (FRANCO JR., 2007).

O crescimento das políticas neoliberais por toda Europa será consolidado como um grande movimento de grandes forças políticas e ideológicas. A medida que a crise do período desenvolvimentista keynesiano atinge os países europeus, o neoliberalismo – que já havia se formado como ideologia logo no ano de 1947 (ANDERSON, 1995) – será ampliado a diversos países europeus e usado como política governamental.

Para citar os mais importantes, em 1979 deu-se início ao governo Thatcher na Inglaterra e em 1980, seguindo os preceitos neoliberais, Ronald Reagan é eleito presidente dos Estados Unidos. A partir da década de 1980, quase todos países da Europa ocidental, com exceção da Áustria e Suécia, “viraram à direita” (ANDERSON, 1995).

Esse movimento neoliberal, irá se opor aos preceitos estabelecidos durante os “anos dourados”, por justamente acreditar que o causador dessa crise foi o tamanho do Estado e seus gastos com políticas sociais. Agora estabelecesse o Estado mínimo no que se compete à assistência aos trabalhadores e nos direitos à saúde, educação e renda mínima.

As medidas tomadas pela ex-primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, na Inglaterra evidenciavam os primeiros passos da doutrina neoliberal. Conforme Perry Anderson (1995) relata:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais.(...) E (...) se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a

¹⁸ Faço um destaque aqui para a Internazionale, que em 1955, contava em seu comando o magnata do petróleo Angelo Moratti (FRANCO JR., 2008). Seria então, com a crise instaurada na década de 1970, um dos mais afetados o que acarretaria na ausência competitiva com outros times de localidades diferente.

indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 2).

O futebol não fica de fora desse “furacão neoliberal” (SANTOS, I 2017), o que ocorre é exatamente o oposto. O futebol vai se inserir na rede de produtos mundiais e os países como o Brasil e Argentina que por muito tempo conseguiram manter o nível de competitividade frente à Europa, vão perdendo espaço nessa nova configuração da economia do futebol. Como ressalta Santos (2017, p. 82) esses países “são deixados para trás na cadeia alimentar do futebol-negócio. De grandes escolas, passam a se tornar, gradativamente, fornecedores dos melhores ‘pés-de-obra’ do planeta”.

Dentro dessa lógica mercadológica, surgem os primeiros clubes-empresa que, como já evidenciado no capítulo anterior, é resultado do alto grau de industrialização da modalidade e parte de um processo de racionalização das ações e com um discurso de controle das dívidas por parte dos Estados, aos clubes. Cabe aqui dizer que este processo também evidencia a necessidade de o capital ser reinvestido e gerar lucros.

Na década de 1980 temos duas experiências do processo de empresarização dos clubes. A primeira delas acontece na Itália, em 1981, com a promulgação da lei do *Società per Azioni* (SpA), que obrigou a transformação dos clubes inseridos nas duas primeiras divisões italiana em sociedades acionárias. A França, em 1984, vai na mesma direção e lança a lei *Société Anonyme à Objet Sportif* (SAOS). No ano de 1990 a Espanha instaura a lei das *Sociedades Anónimas Deportivas* (SAD) – no mesmo âmbito das anteriores citadas, com a exceção de quatro clubes, entre eles o Real Madrid e o Barcelona (SANTOS, I. 2017).

A Alemanha surge como uma exceção. Há uma alta resistência referente a empresarização dos clubes nacionais. Dessa forma, em 1998, como destaca Irlan Santos (2017):

Surge a lei 50+1%, que obriga os clubes a manter a maior parte das suas ações na mão dos seus membros-torcedores, vendendo para investidores profissionais apenas o que lhe interessasse e lhe fosse necessário, sem perder o controle da instituição (SANTOS, 2017, p. 85).

Na América do Sul, em 1999 surge a primeira tentativa de implantação das SADs (Sociedade Anónima Deportivas) liderada por Mauricio Macri, que no período atuava como presidente do Boca Juniors. Esse projeto foi amplamente rejeitado pelos clubes e parlamentares argentinos. O Desportivo Espanol, modesto clube argentino, serviu como “laboratório” desse modelo proposto Mauricio Macri – tendo sido fechado por conta de dívidas. (SIMÕES, I. 2017; DASKAL, 2017). Ao assumir a presidência em 2016, Macri tenta novamente a transformação

dos clubes em empresas – tendo grande resistência dos clubes nacionais. A situação ainda permanece indefinida (DASKAL, 2017).

No Chile a lei foi realmente estabelecida. Em 2005, devido à alta dívida do clube Colo-Colo, a Lei de Esportes Corporations (Lei 20.019) foi promulgada. Contudo, o resultado vem se mostrando incipiente. Em uma entrevista para o jornal La Tercera, o ex-ministro Francisco Vidal, afirma que a ideia era promover maior organização financeira entre os clubes, o que não aconteceu e acabou-se perdendo a paixão e a identidade pela agremiação. O ex-ministro ainda destaca que o arrependimento de ter feito um *lobby* para esta lei: “Por eso ahora estoy arrepentido de ser uno de los responsables de haber hecho lobby por esa norma”.

Dessa forma, percebe-se nestes movimentos de tentativas de implantar um regime empresarial nos clubes na América do Sul são vigorosos fracassos, condicionados, sobretudo pela lógica financeira embutida, no qual os dirigentes e empresários acionistas não tem dever algum com a identidade do clube e não são incapazes de contornar as dívidas financeiras.

A seguir, destacarei como esse modelo de clube-empresa tentará se impor no Brasil a partir da Lei Zico (1993) e Lei Pelé (1998). Dessa forma, faz-se necessário resgatarmos alguns aspectos políticos e econômicos, para a compreensão adoção dessas medidas que se encontrarão incipientes no território brasileiro.

3.2. CRISE FUTEBOLÍSTICA BRASILEIRA COMO PONTAPÉ INICIAL PARA EMPRESARIZAÇÃO

Antes de começarmos a tratar das políticas realizadas no Brasil a partir da década de 1990 que culminaram na tentativa de adoção do clube-empresa, é de suma importância relatarmos como o Brasil se inseria na economia mundo a partir de uma industrialização dependente e associada (CARDOSO, 1998).

Já evidenciamos alguns fatos gerais acerca do período de grande investimento do Estado na economia e o período do desenvolvimentismo econômico. Para entendermos as relações que vão se dar no mundo do futebol a partir das transferências de jogadores, é de suma importância que tecemos um breve relato do que foi esse período no país.

A partir da década de 1930, com Vargas começando a “desbloquear os ‘pontos de estrangulamento’” (FIORI, 1992, p.79) e o governo de Juscelino Kubitschek, em 1950, com seu Plano de Metas, o Brasil passa a integrar de fato o território nacional. Os antigos arquipélagos são inicialmente conectados através de rodovias e ferrovias, transformando o

Brasil em uma grande rede de fluxos materiais e imateriais. O desenvolvimentismo brasileiro, sobretudo no governo de JK, é pautado na criação de empresas estatais e na inserção de empresas internacionais no mercado nacional (FIORI, 1992). Dessa forma, a industrialização brasileira surge dependente e associada ao capital estrangeiro e instaura, segundo Florestan Fernandes (1973), o quarto tipo de dominação externa, que consiste na expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos.

Ao chegar na crise de 1980, Fiori (1992) destaca que:

A crise dos anos 1980, ocorrendo no ápice da industrialização por substituição de importações, pareceu hierarquizar as determinações, trazendo à luz os limites impostos pelas contradições presentes no pacto de dominação que sustentou a estratégia de crescimento e modernização liderado pelo Estado desenvolvimentista.

Conforme Theotônio dos Santos (1993), a década de 1980 apresenta um panorama crucial para o desenvolvimento da economia mundial. De acordo com o mesmo autor, esse período é marcado por três fases. Contudo o que nos interessa aqui é a segunda fase que vai de 1983 a 1987, no qual se deu a manutenção da elevação das taxas de juros, que tiveram início no fim da década 1970 em decorrência de uma grande exportação de empréstimos aos países subdesenvolvidos (SANTOS, T., 1993).

Essa dívida que se criou com os empréstimos vai acentuar as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo o mesmo autor:

O aumento das taxas de juros comandado pelos Estados Unidos elevou às vezes de três a quatro vezes o volume de recursos que deveriam pagar a título de juros baixos (contraídas num momento de juros baixos, mas com taxas de juros flutuantes). Impossibilitados de realizar estes pagamentos, tomaram novos empréstimos para pagar seus juros, criando uma bola de neve de extração dos recursos financeiros do Terceiro Mundo. A partir de 1983 os países credores se recusam a fazer novos empréstimos e exigem o pagamento dos juros da dívida externa. O mecanismo desse pagamento do serviço da dívida externa desses países. Para gerar superávits comerciais, fazia-se necessário comprimir drasticamente a demanda dos países devedores, o que se obteve através de “políticas de ajustes” que os conduziram a um empobrecimento ainda mais grave que suas condições normais de miséria. (SANTOS, T., 1993)

Com o explicitado acima, observa-se como o Brasil será inserido na economia mundial, considerando que o mesmo, desde o período desenvolvimentista já pautava sua industrialização através da substituição por importação, o que irá criar uma forte dependência para com os países desenvolvidos.

Essa crise também afeta a prática esportiva brasileira que já despontava como o maior mercado esportivo do país. Com a desvalorização da moeda nacional, o Cruzeiro, tornou-se barata a compra de jogadores brasileiros pelos clubes estrangeiros. Os valores das transferências internacionais começaram a aumentar o que culminou no aumento da demanda de jogadores para atuar na Europa, principalmente em 1981-1982. Dessa forma, para as grandes equipes o lema adotado foi o de: “exportar é a solução”. (PRONI, 1998). Conforme Proni (1998) o futebol brasileiro acabou virando um “celeiro de craques”:

Em 1987-1988, acelerou-se a migração de jogadores brasileiros para o exterior, num ritmo sem precedentes. Primeiro, a procura era por atletas consagrados, pertencentes a clubes de tradição, e de preferência com passagens pela seleção. Depois, dada a proliferação de “empresários” interessados na intermediação das vendas, bastava que um jogador promissor fosse oferecido a um preço compensador. O futebol brasileiro havia se transformado numa espécie de “seleiro de craques” para o futebol europeu.

Segundo Ronaldo Helal (1997), a crise do futebol brasileiro é resultado de um modelo tradicional, não seguindo os moldes empresariais:

A “crise do futebol brasileiro” é explicada pelo modelo “tradicional” de organização do futebol, baseado no amadorismo dos dirigentes e na política de troca de favores entre clubes e federações. Este modelo é o responsável pela desorganização dos campeonatos, gerando jogos deficitários que acabam contribuindo para a emigração dos craques para o exterior. Este êxodo não somente diminui a qualidade dos jogos, mas gera uma escassez de ídolos, elementos importantes para promover a identificação coletiva. Isto acaba levando à queda de público, que afeta as finanças dos clubes, aumentando o êxodo e assim por diante. (HELAL, 1997, p. 33)

Entretanto, a interpretação de Helal (1997) sobre a crise do futebol brasileiro há controvérsias. Os rumos da economia mundial e pelo espaço que o Brasil ocupa na economia-mundo, resultou na crise futebolística. O futebol tornou-se um “produto de consumo”, sobretudo a partir da mundialização do capital, que segundo Chesnais (1996) é a integração internacional dos mercados financeiros a partir de um processo de desregulamentação da economia, privatizações e enxugamento do Estado. Dessa forma, a crise do futebol brasileira é explicada através de um contexto de globalização perversa (SANTOS, M. 2000) no qual estamos sujeitos a uma “democracia do mercado”. Os clubes brasileiros, mesmo adotando medidas de empresarização, contará com esse empecilho de ser o grande exportador de “pé-de-obra” barato.

4. LEI PELÉ E A INCIPIENTE EMPRESARIZAÇÃO

Com a entrada de governos neoliberais a partir de 1990 (TAVARES; FIORI, 1998), o futebol encontrou diversos promotores e agentes econômicos interessados na empresarialização dos clubes brasileiros. Esse interesse é facilmente compreendido quando, ao relatar um balanço sucinto do governo de Cardoso (1994-1998), Almeida (2009) destaca a entrada de capitais estrangeiros especulativos no Brasil.

Dessa forma, no dia 06 de julho de 1993 entrou em vigor a Lei 8.672, mais comumente chamada de Lei Zico, na qual tornou-se *facultativa*¹⁹ a decisão da transformação dos clubes (sem fins lucrativos) em uma empresa (com fins lucrativos). O intuito dessa lei era desassociar a atividade esportiva futebolística de outros esportes realizados dentro de um clube, a fim de desenvolver uma independência financeira e administrativa, tal qual fomentar a responsabilidade fiscal entre os dirigentes.

Deu-se, no entanto, três alternativas para a transformação dos clubes em empresas:

- 1) Transformação em sociedade comercial de natureza esportiva; 2) constituição de sociedade comercial de natureza desportiva independente, com controle maior do capital com direito a voto; ou 3) contratação de sociedade comercial para gestão de atividades profissionais (SANTOS, 2017, p. 86)

A Lei Pelé, em 1998, vem para consolidar – entre outros pontos – essa questão dos clubes-empresa no Brasil, considerando-se que a mesma torna possível a transformação dos clubes de futebol em gestões administrativas. Sendo assim, fica evidente o caráter mercadológico e profissional por trás da formulação destas leis – assim como interesses dos próprios idealizadores das mesmas - haja vista que o primeiro clube-empresa do país é do Arthur Antunes Coimbra, o próprio Zico, que fundou o Rio de Janeiro Futebol Clube Ltda., em setembro de 1996 (MARQUES; et. al., 2009).

Foram poucos os clubes tradicionais brasileiros que adotaram a concepção empresarial nas direções do clube. O primeiro clube de grande expressão a entrar na lógica empresarial foi o Esporte Clube Bahia que, em 1998, teve o capital aberto e em um acordo com o Banco Opportunity e vendeu 51% de suas ações. O seu rival, o Esporte Clube Vitória, no ano de 2000 vai seguir os mesmos passos. O então presidente do clube rubro-negro, Paulo Carneiro, vendeu 51% das ações do Vitória S.A – “que cuidava apenas do departamento de futebol da entidade

¹⁹ Em seu texto inicial, exigia a transformação *obrigatória* dos clubes em empresas. A partir de sua aprovação, alterou-se a *obrigação* para *permissão* (PRONI, 1998; SANTOS, 2017).

esportiva – para investidores argentinos do Fundo Exxel Group (...) o primeiro acionista a investir no futebol brasileiro” (SANTOS, 2017, p. 87).

Em 1998, o Vasco da Gama instituiu uma *joint venture* com o NationsBank, sendo o primeiro clube a emitir título no mercado de capitais (SANTOS, 2017). Essa parceria é claramente compreendida pelas próprias palavras do então presidente do clube na época Eurico Miranda, em uma reportagem da Folha de São Paulo, em 1998: “Não estou vendendo o clube. Eles (*o banco* [grifo do autor]) botam dinheiro e a capacidade de administrar a marca”. Essa estratégia de firmar parcerias com grandes empresas pode ser evidenciada em diversos momentos a partir de 1990 no Brasil, como, por exemplo, o investimento do Banco Excel no Corinthians em 1997 que foi responsável pela contratação de atletas e pagamento de alguns salários.

Essas experiências acabaram sendo frustradas no futebol brasileiro. Na medida em que os grandes financiadores deixavam de investir nos clubes, os times iam perdendo a capacidade competitiva, criou-se dívidas exorbitantes que resultou em diversos fracassos após as participações de grandes grupos financeiros. A dupla baiana BAVI, tiveram sucessivos rebaixamentos, chegando a disputar a Série C do Campeonato Brasileiro em 2006 (SANTOS, 2017). Sendo assim, vale dizer, que o modelo clube-empresa no Brasil foi um imenso fracasso, não havendo mais nenhum exemplo, entre clubes grandes, após essas experiências.

Podemos identificar, no entanto, o surgimento de inúmeras parcerias entre clubes e empresas patrocinadoras – que investem no futebol, tendo participação no conselho administrativo e arcando com algumas despesas no clube. No Brasil, destaca-se, no estado de São Paulo, o Palmeiras com a Parmalat, que entre 1992 e 2000 conquistou diversos títulos em sua *Era* com a empresa. O mesmo movimento é evidenciado no Sport Club Corinthians Paulista que em agosto de 2004 firmou a parceria com a MSI (Media Sports Investment) – sendo consagrado campeão do Campeonato Brasileiro da Série A em 2005. Contudo, podemos identificar que a saída desses investimentos acaba deixando um legado muito alto e os clubes se veem incapazes de dar continuidade. Em 2002, dois anos após a Parmalat se desvincular do Palmeiras, o clube foi rebaixado à Série B do Campeonato Brasileiro, o Corinthians teve o mesmo destino quando dois anos após a parceria, disputaria a Série B.

Atualmente podemos perceber um movimento semelhante da Sociedade Esportiva Palmeiras e seu patrocinador *máster* Crefisa, que financia a compra de diversos jogadores, além de ser responsável pelo pagamento de atletas. Neste último caso, percebe-se imensa interferência dos dirigentes e conselheiros nas decisões dentro do campo, a fim de valorizar o investimento feito nos jogadores.

São diversos os exemplos ocorridos no Brasil em que empresas passaram a financiar os clubes brasileiros, de forma direta e indireta, mas nunca tendo participação em 100% das escolhas e da gerência do clube. Esse tipo de participação é em decorrência da grande dificuldade encontrada em “mudar a mentalidade” dos dirigentes, sobretudo pela estrutura associativista dos clubes brasileiros, ainda muito presos às famílias tradicionais que compõe os conselhos das agremiações (SANTOS, 2017).

O que ocorre a partir dos anos 2000 no Brasil é a criação de pequenos clubes-empresa, em sua maioria disputando a Série C e B dos campeonatos nacionais. Como o Américo Esporte Ltda., Brasilis Futebol Clube Ltda., Clube de Futebol Boa Vista Ltda., Futebol Clube, Primeira Camisa Ltda., Red Bull Futebol e Entretenimento Ltda. e Roma Esporte Clube. Esses clubes são caracterizados por não terem torcida e serem especificamente voltado à lógica financeira empresarial. O que se identifica nesse modelo de clube é a separação espacial de suas atividades, sendo classificados em três grupos:

- 1) os que têm sede administrativa e campo de jogo próprio na mesma cidade;
- 2) os que têm sede administrativa em uma cidade e jogam, como anfitriões, em outra, provisória, enquanto seu campo de jogo se encontra vetado pela FPF;
- 3) e, por fim, aqueles que têm sede administrativa em uma cidade e jogam, como anfitriões, em outra, por não possuírem campo de jogo próprio no município onde estão instalados. (MARQUES, et. al., 2009, p. 106)

Dessa forma, o que evidenciamos nesses clubes-empresa é que eles mantem extrema relação com o ajuste espacial (HARVEY, 2008), no qual sempre buscam através de novos espaços novas formas de acumulação do capital, sempre atrelado ao que o território pode oferecer. Destaco aqui um relato do presidente do Boa Vista, Clóvis Barreto, concedido à um trabalho de análise sobre os clubes-empresa da segunda divisão do Campeonato Paulista:

O Boa Vista foi fundado em 2004, mas começou a jogar em 2006 na cidade de São João da Boa Vista. De lá para cá, foi uma constância mudar de cidade. Em 2007, Pedreira, agora Águas de Lindóia, que nos acolhe muito bem e 2009, o futuro a Deus pertence. Eu vejo com naturalidade a mudança de sede. Um clube ele não é da cidade, mas sim do estado de São Paulo. Nós saímos de São João da Boa vista porque ela não conseguiu nos ajudar com um algo a mais que necessitávamos (Depoimento retirado do artigo de Marques, et. al., 2009, p. 110).

Dessa maneira o que podemos asseverar, é que a medida em que o futebol se tornou um esporte de consumo de massas e se viu abarcado pelas concepções neoliberais, passou a adotar medidas empresariais para se estabelecer hegemonicamente no mercado. A lógica territorial (HARVEY, 2008) dentro desse novo modelo, é a consolidação do esporte como alternativa das

crises de sobreacumulação de capital – sobretudo nos patrocinadores eventuais, que utilizam os clubes, especialmente os brasileiros, para movimentar suas finanças.

4.1. LEI PELÉ E JOGADORES

Compreendido como a Lei Pelé intencionou a mudança dos times brasileiros em empresas em um contexto de abertura econômica, há de se destacar que a lei também deu a extinção do passe do atleta, o que gerará diversas mudanças significativas no futebol brasileiro:

De acordo com a nova regulamentação, quando o contrato de trabalho do jogador terminar, este poderá se transferir para outro clube mesmo sem o consentimento do clube atual. Não há mais vínculo entre clube e jogador com o término do contrato de trabalho. No entanto, se quiser se transferir para outro clube antes do final do contrato, o jogador de futebol terá que pagar ao clube uma multa de até 200 vezes seu salário anual, em caso de transferência durante o primeiro contrato como jogador profissional, que poderá ter duração máxima de cinco anos (RODRIGUES, 2007).

A Lei Pelé, nesse sentido, trouxe mudanças significativas para a liberdade do jogador e avançou nas leis trabalhistas para com os mesmos – contudo, aumentou significativamente a saída de jogadores do país. Em 1998, antes da lei entrar em vigor, registrou-se a saída de 530 jogadores. No ano seguinte, esse número teve um acréscimo de 24%, contabilizando 658 saídas de jogadores para o exterior (FAVERO, 2010).

Historicamente, os clubes detinham completo controle sobre o jogador. Bill Murray (2000), já retratava essa relação logo após a instauração do profissionalismo na Inglaterra, na virada do século XIX:

(...) O jogador tinha pouco a dizer sobre o assunto [transferência]. Pior ainda, era “preso” por um sistema de contratação e transferência, que dava ao clube um controle praticamente total a ele. Com contrato assinado (...) o jogador, tornava-se propriedade do clube e não podia sair exceto com sua permissão (...) (MURRAY, 2000, p. 33)

O Caso Bosman, em 1995, vem para evidenciar essa relação entre clube e jogador e tornou-se um marco para a liberdade dos atletas. Jean-Marc Bosman chegou ao RFC Liège da Bélgica em 1988, assinando um contrato por dois anos com o clube. Após o término do contrato, lhe é ofertado um contrato de um ano, com um salário 75% menor. Considerando tal atitude como descaso, o jogador rejeita a proposta e é colocado na lista de dispensa do clube. Em 1990, Bosman acerta com o US Dunkerque, da França. O time francês tentou um empréstimo do atleta com o RFC Liège por um ano, sendo possível a compra no final do contrato, porém o clube

francês não admitiu a indenização colocada pelo clube belga. Dessa forma, o jogador entra na Justiça reivindicando seus direitos. (FAVERO, 2010).

Em 1991, o jogador entrou na Justiça Comum para poder ter seus direitos garantidos. Em 1992, Bosman ganhou a causa e tinha liberdade para ir onde quisesse. Em 1992 o jogador retorna a Bélgica, mas nenhum clube queria contrata-lo por todo esse imbróglio que havia sido criado. O jogador acumulou desde então passagens rápidas pelos clubes da terceira e quarta divisão dos campeonatos belga. No ano de 1995, deu-se o desenrolar dessa história, como bem relatado por Paulo Favero (2010):

Em março de 1995, a Suprema Corte da Bélgica deu ganho de causa a Bosman, na ação contra a União das Associações Europeias de Futebol (UEFA), a Federação Belga de Futebol e RFC Liège. O Jogador ainda pedia uma indenização de 700 mil francos por danos e prejuízos com o processo. Seu advogado, Carl Otto Lenz, advertiu o tribunal que aquelas restrições dos atletas iam contra a livre circulação de trabalhadores, que é um direito fundamental na Europa (FAVERO, 2010, p. 42).

Dessa forma, o Caso Bosman, trouxe diversas implicações não só na circulação de jogadores, mas de todos os trabalhadores europeus. O resultado deste caso também trouxe a anulação por parte da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) da restrição de estrangeiros nos clubes. Ressalta-se que essa mudança também muda a concepção dos clubes, favorecendo os que tem maior poder de compra.

4.2. TRANSFERÊNCIAS DE JOGADORES

Para ter melhor análise do papel do Brasil nesse imenso mercado futebolístico, propomos aqui realizar uma análise das importações e exportações de jogadores que o futebol brasileiro e ver como depois da crise dos anos 1980, o Brasil se consolidou como exportador de jogadores.

O período aqui analisado é do ano de 2012 a 2017, com dados retirados dos relatórios sazonais do setor da FIFA responsável pela regularização do mercado de transferências: FIFA TMS. Como os relatórios apresentavam dados destoantes referentes aos anos anteriores, organizei e atualizei os mesmos com base nos dados mais recentes.

As transferências que ocorrem atualmente, a partir de 2010, são extremamente regularizadas. Essas acontecem de quatro maneiras distintas: i) fora de contrato; ii) por empréstimo; iii) permanente; e iv) retorno por empréstimo. É de uma importância destacar que dentro dessas transferências há quatro formas delas serem feitas: i) contratações em definitivo

sem valores envolvidos; ii) empréstimos sem valores envolvidos; iii) contratações em definitivo com valores envolvidos; e iv) empréstimos com valores envolvidos.

Segundo a FIFA TMS, o Brasil é o país com maior participação nas transferências, correspondendo em 2015, com 13% de toda movimentação mundial. Nos dados que propusemos analisar, isso é facilmente observado. Alguns eventos importantes durante o período como a Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil, tiveram forte influência na movimentação do país.

Como podemos observar na Tabela 1 – no que compete às transferências do Brasil para o exterior – há um crescimento exponencial nesses dados durante o período analisado. Nesse quesito (de exportação), o país ocupa a primeira colocação diante de todos os países.

Contudo, quando observamos a entrada de jogadores no futebol brasileiro, há diversas oscilações. Vale destacar que em 2013 o país registrou a maior entrada de jogadores, esse crescimento é devido, sobretudo, à proximidade da Copa do Mundo de 2014. Com o interesse de jogarem a Copa, diversos atletas voltam ao país para terem maior visibilidade e garantir uma vaga na seleção.

Esse efeito Copa do Mundo é facilmente identificado em 2014, quando registram-se 646 jogadores chegando ao país – quase 100 jogadores a menos que o ano anterior. O mesmo movimento irá se repetir no ano de 2015 e 2016, tendo a maior baixa durante o período analisado – sendo menor do que 2012. Essa queda muda a posição brasileira no ranking mundial de entrada de jogadores. No ano de 2015, o Brasil perde o posto de primeiro lugar para a Inglaterra, que registrou 649 jogadores entrando no país.

Contudo, nos anos que se prosseguem o Brasil volta à sua posição hegemônica e continua sendo o maior país em movimentação de transferências, tanto em exportações, quanto em importações.

Tabela 1- Transferências realizadas pelo Brasil durante o período de 2012 a 2017

Transferências realizadas pelo Brasil por ano						
Do Brasil para o exterior (Saída)						
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Jogadores	618	672	689	774	806	821
Do exterior para o Brasil (Entrada)						
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Jogadores	696	764	646	624	678	748
Total Transf.	1314	1436	1335	1398	1484	1569

Fonte: FIFA TMS (Dados organizados pelo autor)

As relações das transferências entre um país, geralmente é estabelecida, de acordo com a própria FIFA TMS, por três padrões: i) proximidade geográfica; ii) antigas relações coloniais; e iii) a mesma linguagem. O Brasil se encaixa em dois desses três padrões. O país em que mais tem relações é Portugal, tanto de importação, quanto de exportação de jogadores. Como podemos analisar na Tabela 2, durante o período analisado, Portugal atua como principal comprador dos jogadores atuantes no futebol brasileiro.

Todavia, podemos perceber uma inversão nas posições dos rankings na Tabela 3 – essa mudança, é compreendida pelo interesse dos empresários nos jogadores brasileiros, alegando o aquecimento do mercado nacional. Em uma entrevista concedida ao Jornal Público de Portugal, Tiago Ribeiro, presidente da SAD do Estoril-Praia, de Portugal e responsável pela Traffic (empresa brasileira de marketing e detentora dos direitos de diversos jogadores) na Europa, destaca exatamente o que viria a ser essa mudança no quadro de transferências entre Brasil e Portugal – o vislumbre no mercado brasileiro.

Segundo o presidente da SAD do Estoril, ainda em 2011, o mercado brasileiro estaria se tornando muito atrativo e destaca que “(...) mesmo que não seja investindo, que seja simplesmente a colocação do jogador português no Brasil, porque o mercado brasileiro está realmente ‘aquecido’.”

Tabela 2 – Corrente de transferência entre Portugal e Brasil (2012-2017)

Ano	Correntes de transferência			
	De	Para	Transferências	Posição no ranking
2012	Portugal	Brasil	149	1
2013	Portugal	Brasil	138	1
2014	Portugal	Brasil	101	4
2015	Portugal	Brasil	103	5
2016	Portugal	Brasil	103	5
2017	Portugal	Brasil	121	3

Fonte: FIFA TMS (Dados organizados pelo autor)

Tabela 3 – Corrente de transferência entre Brasil e Portugal (2012-2017)

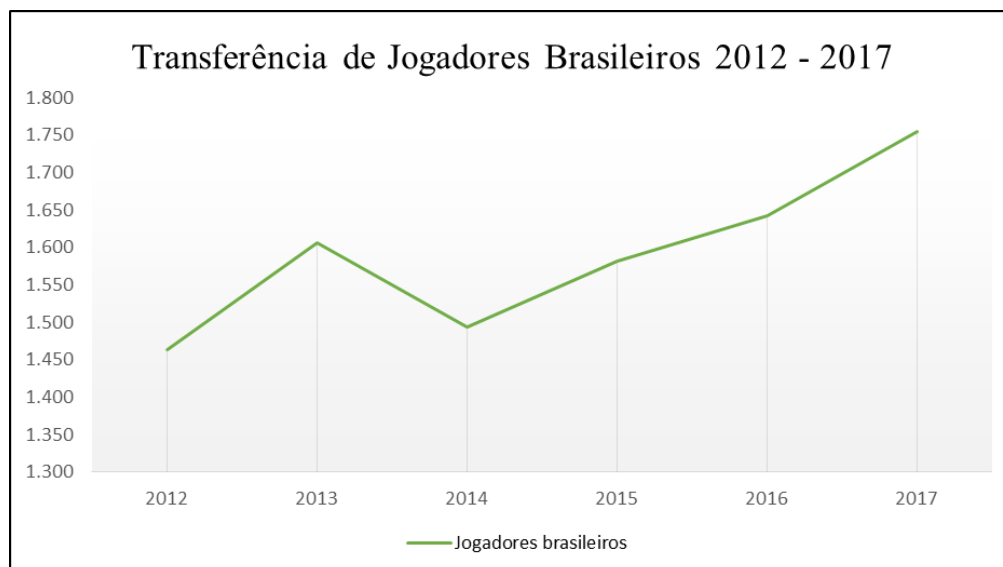
Correntes de transferência				
Ano	De	Para	Transferências	Posição no ranking
2012	Brasil	Portugal	91	4
2013	Brasil	Portugal	97	4
2014	Brasil	Portugal	136	2
2015	Brasil	Portugal	146	1
2016	Brasil	Portugal	168	1
2017	Brasil	Portugal	169	1

Fonte: FIFA TMS (Dados organizados pelo autor)

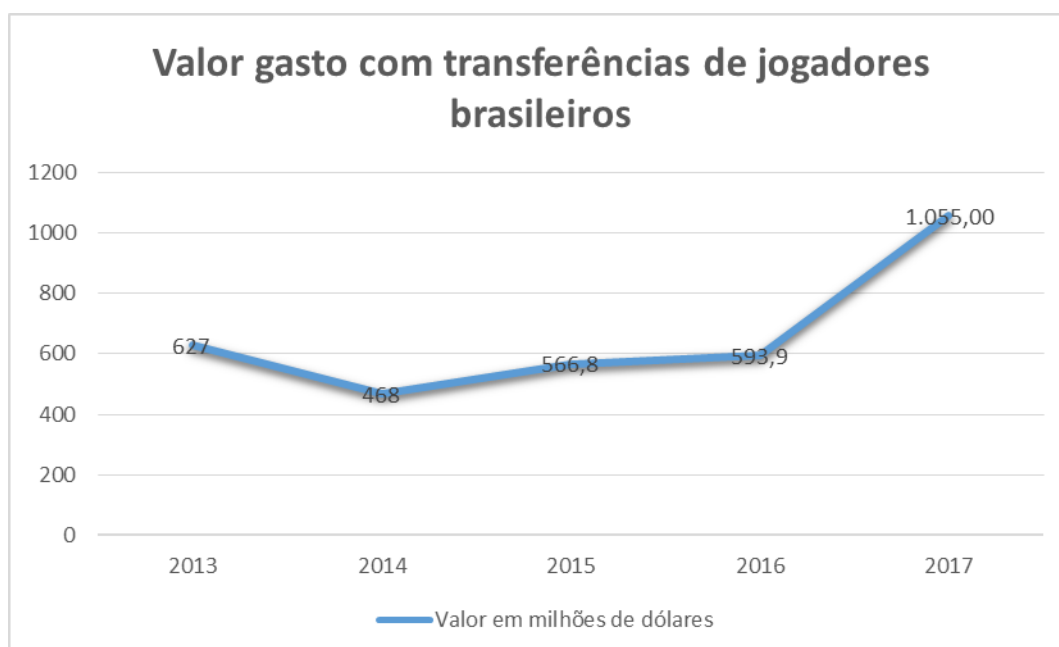
Há de destacar que, por mais que essas transferências ocorram de maneira ampla, a maioria delas não envolvem valores. O Brasil, não aparece no ranking de maiores transações, com exceção de 2015, em nenhum ano do período analisado. Dessa forma, os contratos são feitos em sua maioria por empréstimos, visando melhor retorno financeiro futuramente.

De acordo com os dados fornecidos pela FIFA TMS, em 2012 46% das transferências do Brasil para Portugal era por empréstimo e 42% eram negociações fora de contrato – sobrando uma porcentagem ínfima para negociações fixas com pagamento de multa rescisória e valores estabelecidos. Os empréstimos também é assunto na entrevista com Tiago Ribeiro, no qual o mesmo também relata sobre a mudança nas regras desse tipo de contratação – alegando que não deveria haver limites.

Outro dado a ser analisado e de suma importância para nosso objetivo é a transferência de jogadores brasileiros – sendo a nacionalidade que mais movimenta jogadores no mercado de transferências. Como podemos analisar no Gráfico 1, a partir de 2014 a movimentação de jogadores brasileiros cresce de maneira interrupta.

Gráfico 1 – Transferência de jogadores com nacionalidade brasileira (2012-2017)

Fonte: FIFA TMS (Dados organizados pelo autor)

Gráfico 2 – Valor gasto com transferências de jogadores brasileiros (2012-2017)

Fonte: FIFA TMS (Dados organizados pelo autor)

Contudo, em 2014 houve uma queda em relação a 2013, de 1.606 para 1.493 em 2014. O que explica essa queda é o alto crescimento em 2013 devido, sobretudo à Copa do Mundo de

2014 realizada no Brasil, no qual diversos brasileiros tiveram o interesse de disputar campeonatos mais competitivos e dessa forma, acabavam sendo negociados com maior frequência.

Os jogadores brasileiros também se destacam na quantidade de atletas que são negociados sem que nenhum clube de seus país natal esteja envolvido, por exemplo, transferência de um brasileiro da Alemanha para a Itália. Em 2012, 312 de 1.463 jogadores brasileiros negociados no mundo, não envolviam clubes do Brasil – correspondendo a 21%. No ano de 2017, de 1.755 brasileiros transferidos, 420 não envolvia nenhum clube brasileiro – aproximadamente 24% (3% a mais em seis anos).

Em 2017, 93 de 211 clubes membros da FIFA contava com ao menos um atleta brasileiro. Os países que mais receberam atletas do Brasil neste ano foram Portugal (213 jogadores recebidos), Japão (57) e Tailândia (44). Os dois primeiros países, desde 2012, são os principais destinos dos jogadores brasileiros, sobretudo o Japão que ao objetivar se inserir no mercado futebolístico, sempre buscou por profissionais brasileiros.

O surgimento da Tailândia como principal destino dos atletas brasileiros, deixa evidente um padrão em relação ao futebol financeirizado. Através de suas conquistas (cinco vezes campeão mundial), o Brasil desde sempre atuou como um celeiro de craques. Com a abertura do mercado futebolístico, o jogador brasileiro passou a ser considerado peça fundamental em qualquer time do mundo. Dessa forma, em países que o futebol está se desenvolvendo, ou seja, onde começa tardiamente a se tornar uma alternativa de capitais sobreacumulados, há uma alta tendência de investimentos em jogadores brasileiros, sobretudo pelo grau de especulação no qual vive o futebol atualmente.

Este movimento de investimentos também ocorre na China. Segundo o relatório da FIFA TMS 2017, em 2015, o país obteve gastos espetaculares em relação às transferências internacionais de jogadores, totalizando 168 milhões dólares – 10% a mais que todos os clubes associados à Confederação Asiática de Futebol (AFC). No ano seguinte, os gastos foram ainda maiores, disparando para 451 milhões de dólares, 344% a mais do que o restante dos clubes da AFC. A China salta do 20º lugar no ranking de gastos em 2013 para 5º lugar em 2016.

Em relação aos valores dessas negociações, como podemos observar no Gráfico 2, entre 2013 a 2016 o Brasil se manteve em regularidade, com uma média de aproximadamente 565 milhões de dólares por ano. Em 2017 o valor salta consideravelmente para 1 bilhão de dólares (mais da metade que o ano anterior). Esse salto no gasto de transferências com jogadores brasileiros é facilmente explicado com a negociação do Neymar para o PSG, chegando perto das cifras de 263 milhões de dólares.

Dessa forma, podemos asseverar nessa análise que o Brasil atua nos dois sentidos i) como exportador e ii) como importador de jogadores. Entretanto, contando com um baixo poder aquisitivo, os clubes brasileiros não fazem uma frente competitiva em relação aos times europeus – essa relação dá-se exatamente inversa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valendo-se de poucos trabalhos relacionado a futebol e geografia, esta pesquisa contou com a contribuição de várias ciências, mas sempre tentando atrelar a ciência espacial com a modalidade e sua história. Destaco aqui o pioneirismo de Gilmar Mascarenhas, que com suas belas contribuições sobre geografia do esporte, sobretudo o futebol, deu luz às mais diversas preocupações ao longo do trabalho.

Nesta pesquisa buscamos tratar sobre três movimentos importantes que culminaram na financeirização do futebol i) surgimento e expansão; ii) profissionalização; e iii) neoliberalismo e financeirização. Estes constituem como elementos principais para a compreensão do futebol em sua dimensão atual.

O futebol surge após um processo de apropriação da elite inglesa das práticas populares até então proibidas. Dotado de uma ideologia a fim de promover o vigor físico dos futuros governantes, uma visão darwinista do esporte, o futebol, até sua profissionalização, era fortemente atribuído às concepções amadoras. Com sua popularização e consequente inserção da classe trabalhadora na prática futebolística (atuando como jogadores), identifica-se a mudança da elite para as direções das agremiações (preservando o caráter amador). Dessa forma, o futebol que emerge nas escolas da elite britânica é tomado pela classe operária, que dará um novo sentido ao esporte e consequentemente o expandirá além mar.

Em um contexto de expansão das atividades produtivas inglesas, o futebol tornou-se mais um produto da vigorosa indústria britânica e neste período que é dado o principal momento de difusão do futebol. A inserção do esporte em diferentes territórios deu-se diretamente a partir dos ingleses e o grau de adoção do mesmo será relacionado ao grau de receptividade do local. No Brasil, devido às dinâmicas territoriais, o futebol é difundido de maneira dispersa e paralela (também são os casos de Itália e Espanha). Entretanto, com o período econômico desenvolvimentista e a industrialização, sobretudo a partir da década de 1930, a prática esportiva começa a se popularizar no país – deixando para trás os antigos laços de resistência

ao novo esporte. É exatamente neste período que o futebol irá cair as antigas amarras da profissionalização e se transformará em uma indústria.

A partir de 1970, o futebol é colocado como um dos principais esportes do mundo e a força das mídias propiciou esse movimento. Observa-se neste trabalho que o período técnico-científico-informacional é fator essencial para a mundialização da modalidade, sendo as TVs o principal meio no qual o futebol foi se tornando um produto.

Contudo, o período de João Havelange como diretor da FIFA em 1974, o ressurgimento do capital portador de juros em 1980 e as medidas neoliberais consolidaram o futebol como mais um “produto do mercado”. Nesta fase, a prática esportiva viu-se presa à necessidade de implantação de medidas empresariais como alternativa das dívidas que mantinham com o Estado. Surge no momento, diversas formas para que a empresarização ocorra, mas o que percebemos é que se no modelo europeu gera forte investimentos e prosperidade financeira (há exceções), nos países subdesenvolvidos este modelo é incapaz de vigorar, haja visto os diversos fracassos tanto no Brasil, quanto na Argentina. Dessa forma, o que se vê hoje no Brasil neste aspecto são parcerias entre o capital privado e as agremiações e clubes-empresas que a partir das crises de sobreacumulação, vislumbra o futebol como mais uma forma de diversificar seus investimentos.

Portanto, ao abrir o “mercado do futebol”, os países que até então contavam com os melhores craques, passam a serem exímios exportadores de suas grandes peças – devido, sobretudo à posição econômica que estes países ocupam, de países subdesenvolvidos. Sendo assim, o que ficou evidente neste trabalho é que a partir da mundialização do futebol e ao conquistar o patamar de produto mundial, de um comércio globalizado, a modalidade também irá acentuar as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O Brasil, caso aqui analisado, será a demonstração exata de todo este processo. O país atualmente é o principal exportador e importador de jogadores do mundo e conta com os jogadores mais vendidos. Entretanto o futebol praticado no território nacional não consegue fazer frente competitiva aos países europeus. Essa estrutura aqui evidenciada é resultado de dois motivos: i) alta complexidade empresarial dos clubes europeus com alto poder econômico; e ii) ao grande endividamento dos clubes brasileiros que são obrigados a vender seus jogadores rapidamente.

Dessa forma, entendemos que o futebol financeirizado tal qual conhecemos hoje é resultado do ressurgimento do capital portador de juros, sobretudo a partir de 1980 – que com o advento do neoliberalismo, tornou a modalidade em um dos mercados mais promissores do mundo. Destaca-se também que o alto grau de investimento dos países com pouca tradição no esporte

praticado com os pés, que são os casos da Tailândia e da China, comprova o futebol como alternativa de vazão dos capitais sobreacumulados.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. 205 f. Tese de Doutorado em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva**. Redescobrimdo o Brasil 500 (2000): 73-89.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Bertrand Brasil, 1993.
- CHESNAIS, François. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. Finança mundializada. São Paulo: Boitempo, p. 35-68, 2005.
- COELHO, Paulo. Vinicius. **Bola Fora: a história do êxodo do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books, 2009.
- "EXPORTAR o jogador português para o Brasil? Estou doido para o fazer". 2012. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2012/08/06/desporto/noticia/exportar-o-jogador-portugues-para-o-brasil-estou-doido-para-o-fazer-1557971>>. Acesso em: 29 de set. 2018
- EX MINISTRO FRANCISCO VIDAL: “Me arrepianto de haber impulsado la ley de Sociedades Anónimas Deportivas”. 2013. Disponível em: < <http://www2.latercera.com/noticia/ex-ministro-francisco-vidal-me-arrepianto-de-haber-impulsado-la-ley-de-sociedades-anonimas-deportivas/>> Acesso em: 30 de out. 2018.
- FAVERO, Paulo Miranda. **Os donos do campo e os donos da bola: alguns aspectos da globalização do futebol**. 2010. 118 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Zahar Editores, 1973.
- FIORI, J. L. Para repensar o papel do Estado sem ser um neoliberal. **Revista de economia política**, v. 12, n. 1, p. 45, 1992.
- FRANCO JR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2007
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971. 248 p..
- GUTTMANN, Allen. **Games and empires: modern sports and cultural imperialism**. Columbia University Press, 1994.
- GRAHAM, Richard. **Britain and the onset of the modernization in Brazil (1850 – 1914)**. Cambridge: David Joslin, 1968.
- HOLT, R. **Sport and the British: a modern history**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.
- HARVEY, David. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2004.
- HELAL, Ronaldo. **Passes e Impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Vozes, 1997, cap. 1, p. 33.
- HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LEVER, Janet. **A Loucura do Futebol**. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensamento Selvagem**. Papirus Editora, 1989.
- LLOPIS-GOIG, R. Claves etnoterritoriales de la historia del fútbol español.X **Congreso de Historia del Deporte**, Sevilla. Noviembre 2-5, 2005.

MARQUES, J. C.; et al. **Os clubes-empresa da segunda divisão do Campeonato Paulista de Futebol 2008 e as relações com seus grupos de interesse**. Revista Conhecimento Online, v. 1, p. 105-119, 2009.

MASCARENHAS, Gilmar. **Considerações teórico-metodológicas sobre a difusão do futebol**. Scripta Nova-Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, v. 4, n. 69, p. 23, 2000.

MASCARENHAS, G. Várzeas, operários e futebol: uma outra geografia. **Geographia-Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 84-92, 2002.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Eduerj, 2014.

MURRAY, Bill. **Uma história do futebol**. 1. Ed. Hedra, 2000.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. 2006. p. 67-107.

PRONI, M. W. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. 2007. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Irlan Simões. **Clientes versus Rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana**. 1993.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SAMPAIO JR. **O impasse da formação nacional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In _____. (Org.): **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 267-304.

SEM PARMALAT, Palmeiras faz seu pior ano pós-jejum. 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2912200108.htm>> Acesso em: 28 de set. 2018

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2013**. Zurich, 2013. Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 25 de set. 2018

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2014**. Zurich, 2014. Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 25 de set. 2018

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2015**. Zurich, 2015. Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 26 de set. 2018

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2016**. Zurich, 2016. Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 26 de set. 2018

TMS, FIFA. **GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2017**. Zurich, 2017. Disponível em: <<https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 27 de set. 2018

TMS, FIFA. GLOBAL TRANSFER MARKET REPORT 2018. Zurich, 2018. Disponível em:
< <https://www.fifatms.com/data-reports/reports/>> Acesso em: 28 de set. 2018

VASCO fechará acordo para faturar R\$ 150 mi por ano. 1998. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk10029814.htm>>. Acesso em: 28 de set. 2018

YAMANDU, W.; JUNIOR, E. G. **Profissionalismo" marrom" do futebol e a imprensa paulista (1920-1930)**. Recorde: Revista de História do Esporte, v. 5, n. 2, 2012.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio—o futebol e o Brasil**. 1. ed. Editora Companhia das Letras, 2008.